Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS
Vol. 15 Nº 30, Jan - Jun de 2023
Universidade Federal do Rio Grande – FURG

A historiografia da infância na berlinda (?): entre um fantasma e um trampolim♦

The historiography of childhood in the hot seat (?): between a ghost and a trampoline

José dos Santos Costa Júnior*

Resumo: Problematiza-se a emergência da infância e da criança como objeto de investigação histórica. Indaga, do interior de um campo desenhado em um profícuo diálogo interdisciplinar, sobre o "como" e os "porquês" do modo de tratar a imagem da criança e da infância associada à violência e à marginalização. Apesar das diferenças mapeáveis entre algumas obras, continua-se a caracterizar a infância sob o signo de uma "menoridade". Assim, este texto contribui tanto para um debate nos termos de uma epistemologia da história que auxilie (re) pensar temas como sujeito da história, estrutura/sujeito e agência, como também faz da crítica historiográfica um modo de pensar diferentemente. Ao olhar para a historiografia brasileira e estrangeira busca-se pluralizar as noções de infâncias e crianças, reconhecendo que a produção do discurso historiográfico se associa ou questiona algumas imagens e formas de inteligibilidade que incidem sobre a pesquisa, a escrita e a tessitura de um saber.

Palavras-chave: História da Historiografia. Estudos da Infância. Interdisciplinaridade.

Abstract: The emergence of childhood and the child as an object of historical investigation is problematized. It asks, from within a field designed in a fruitful interdisciplinary dialogue, about the "how" and "whys" of the way of treating the image of children and childhood associated with violence and marginalization. Despite the mappable differences between some works, childhood continues to be characterized under the sign of a "minority". Thus, this text contributes both

♦ Este texto é um desdobramento da seção "Confabulações" da minha tese de doutorado (COSTA JÚNIOR, 2021). A pesquisa contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Licenciado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Atualmente é Professor Substituto no Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0629-3217

to a debate in terms of an epistemology of history that helps (re)think themes such as the subject of history, structure/subject and agency, and also makes historiographical criticism a way of thinking differently. When looking at Brazilian and foreign historiography, we seek to pluralize the notions of childhood and children, recognizing that the production of historiographic discourse is associated with or questions some images and forms of intelligibility that affect research, writing and the fabric of knowledge.
Keywords: History of Historiography, Childhood Studies, Interdisciplinarity.

Introdução: escrever sem ausências

Todo gesto de escrita se constitui como um procedimento de articulação de elementos dispersos. Por mais solitário que seja o ato de escrever, ele também é polifônico, pois muitos saberes, vozes, "opiniões", conceitos, ideias e afetos são agenciados conscientemente ou não quando se escreve. Um escritor nunca está sozinho e, do mesmo modo, um pesquisador também não. A escrita da história exige sempre a promoção de uma conversa entre pares, suscitando um diálogo entre partes diferentes e com repertórios variados. Neste texto analisa-se a historiografia da infância a partir da crítica à noção hegemônica de infância e os modos como a criança marginalizada e menorizada tem sido pensada histórica e historiograficamente. Recorta-se desse campo de estudos dois aspectos: *a)* a constituição da infância como objeto científico e sua articulação à problemática da linguagem, remetendo à filosofia e à imagem da criança; *b)* os modos de constituir temática e teoricamente a infância como um desdobramento diferencial em relação à concepção hegemônica de infância.

Parte-se da perspectiva proposta por Valdei Lopes de Araújo acerca dos desafios concernentes à pesquisa em história da historiografia diante da "hegemonização de um padrão historiográfico que priorizou a pesquisa empírica e o método em detrimento da teoria e da autorreflexão" (2013, p. 36). Pensando a história da historiografia como "analítica da historicidade", pode-se ponderar sobre a escrita da história da infância perscrutando sobre as condições internas e externas à comunidade de historiadores/as. Isso considera as demandas socioculturais e as condições institucionais que mediaram a investigação sobre determinados recortes. Compreende-se que "as condições que prefiguram a

escrita da história não são apenas condições historiográficas, mas são também ontológico-existenciais" (ARAÚJO, 2013, p. 41). Como sugerem Maria da Glória de Oliveira e Rebeca Gontijo (2016) se trata de considerar a historiografia como corpus de textos que indicam perspectivas sobre uma determinada experiência do tempo. Assim, a historiografia da infância sendo lida em sua exterioridade traz à tona conceitos, paradigmas e modelos de análise que estão constituídos no pensamento ocidental, o que implica em concepções sobre vida, direito, linguagem, sociabilidade etc.

Há um campo interdisciplinar voltado aos problemas da infância. Aí a figura do menor não se apresenta como "novidade". Entretanto, antes de analisar o que já foi dito sobre o menor na historiografia da infância, abre-se um espaço para estranhar a própria noção de infância.[1]

Infância, linguagem, experiência

> Se a noção de infância não é, portanto, nenhuma categoria dita natural, mas é, sim, profundamente histórica, cabe, porém, ressaltar que entre pensamento filosófico e infância as ligações são estreitas e tão antigas como a própria filosofia, o que não invalida a historicidade nem da noção de infância, nem dessa estranha disciplina que ninguém consegue definir direito, a filosofia (GAGNEBIN, 1997, p. 169).

Assim diz a filósofa Jeanne Marie Gagnebin, reconhecendo que a emergência da infância tem sido localizada no século XVIII na Europa, mas recuando pela história da infância na filosofia ocidental. Passando em revista diferentes pensadores, ela mostra que a infância ora foi pensada como "um mal necessário, uma condição próxima do estado animalesco ou primitivo" (Platão e Santo Agostinho), necessitando assim de um pastor porque a criança seria, entre os animais, "o mais intratável", ora sendo lida também como "um lugar da perdição e de confusão" e como ausência da razão (René Descartes). Outras vezes foi vista pela ótica do conflito entre uma natureza lida como moralmente inocente e boa e uma civilização arbitrária e deturpadora da ingenuidade e

[1] Apesar de haver uma seção voltada para a historiografia internacional e outra para nacional, o critério cronológico para indicação das publicações e o critério da área/disciplina/nacionalidade dos autores foi relativizado porque as obras foram articuladas tendo em vista aproximações temáticas e/ou teórico-metodológicas. Deste modo, a rigor não se trata aqui de uma revisão nos moldes de um "estado da arte".

pureza da infância (Jean-Jacques Rousseau). A concepção de infância emerge com um estatuto paradoxal: são seres humanos sim, mas privados de fala, ou seja, privados daquilo que, segundo toda a tradição metafísica ocidental, é o próprio do homem: "a linguagem, portanto a razão, linguagem e razão que permitem a instituição de uma ordem política" (GAGNEBIN, 1997, p. 172). Nisto "*logos* significa, indistintamente, ambos os conceitos" e que não existe, "portanto, linguagem sem uma racionalidade nela inscrita, nem razão que não possa se dizer e se explicitar em palavras" (GAGNEBIN, 1997, p. 172). Etimologicamente,

> [...] a palavra "infância" não remete primeiro a uma certa idade, mas, sim, àquilo que caracteriza o início da vida humana: a incapacidade, mais a ausência de fala (do verbo latim *fari,* falar, dizer e do seu particípio presente, fans). A criança, o *in-fans* é primeiro aquele que não fala, portanto aquele animal monstruoso [...], no sentido preciso de que não tem rugido, nem canto, nem miar, nem latir, como os outros bichos, mas que tampouco tem o meio de expressão próprio de sua espécie: a linguagem articulada (GAGNEBIN, 1997, p. 172).

Uma "ausência primordial" marcaria a infância, portanto. E seguindo Platão,

> Descartes reivindica [...] o direito de criticar a tradição e o direito à independência da razão, o que implica uma reforma da educação. Como Platão ainda, Descartes só quer salvar da infância o que a educação tradicional geralmente não percebe: a saber, o brotar de uma razão balbuciante que, muitas vezes, é sufocado pelo acúmulo de informações escuras e paradoxais (GAGNEBIN, 1997, p. 175).

Diante desse "período infeliz da infância, devemos nos apressar em nos livrar dele da melhor maneira: isto é, criando as condições propícias ao crescimento rápido da luz natural da alma, do *nous* platônico, da *razão* cartesiana, para enfim nos tornarmos adultos" (GAGNEBIN, 1997, p. 175, grifos no original). Tal postura operaria na chave proposta por Kant para que não tivéssemos medo de fazer uso de nosso entendimento nem de sermos independentes e autônomos. Em outros termos, não temer a saída da menoridade em direção à maioridade. Ao seu modo, o filósofo italiano Giorgio Agamben (2005) parte da problematização da relação da infância com a linguagem para constituir como objeto de análise a voz humana. A reflexão

sobre a infância o conduziu a uma pesquisa sobre a voz humana (ou sobre sua ausência como objeto filosófico).

> A in-fância (sic) que está em questão no livro não é simplesmente um fato do qual seria possível isolar um lugar cronológico, nem algo como uma idade ou um estado psicossomático que uma psicologia ou uma paleoantropologia poderiam jamais construir como um fato humano independente da linguagem (AGAMBEN, 2005, p. 10-11).

Assim, "se a condição de cada pensamento é avaliada segundo o seu modo de articular o problema dos limites da linguagem, o conceito de infância é, então, uma tentativa de pensar estes limites em uma direção que não é aquela trivial, do inefável" (AGAMBEN, 2005, p. 10-11). Diante dessa complexidade da infância, o autor reflete que "o indizível é precisamente aquilo que a linguagem deve pressupor para poder significar (AGAMBEN, 2005, p 10-11). Assim, entre o indizível e o dizível abre-se a possibilidade de uma experiência. A partir desse *experimentum linguae* é que a infância poderia emergir como possibilidade de pensar os limites da linguagem. Isso não significaria a busca por elementos externos a ela, "visando capturar uma experiência de referência, mas, justamente, a partir dessa característica de uma autorreferencialidade da linguagem pensada em sua zona limite" (AGAMBEN, 2005, p. 31). A partir dessa densa crítica da linguagem, Agamben faz a análise da concepção de sujeito em Descartes – pois no cartesianismo o sujeito "nada mais é que o sujeito do verbo, um ente puramente linguístico-funcional", cuja duração é coincidente com o tempo de sua enunciação – assim como a ideia de sujeito metafísico até o cogito kantiano (AGAMBEN, 2005, p. 31). Estas reflexões que estranham o próprio discurso filosófico e o mapa conceitual no qual a criança e a infância emergem, podem se constituir como ferramentas para urdir outras perguntas, a saber: terá sido a infância colonizada por um imperialismo epistemológico cujo pressuposto é uma concepção de "sujeito-razão-linguagem-corpo" racializado como branco?

Ora, longe de ser algo abstrato, tal concepção de infância proveio de um espaço e se imiscuiu sobre corpos qualificados como crianças ou não, a partir da sua maior ou menor possibilidade de corresponder aos pressupostos da vez (platônicos, agostinianos, cartesianos etc.). A respeito disso, Antônio Miguel (2014) discute sobre a possibilidade de descolonizar a infância. Se a infância foi

significada etimologicamente a partir de certa concepção da linguagem como emancipação e conquista da maioridade, talvez os historiadores do tema devam assumir o desafio de fazer com que a infância gagueje, com que seus saberes sobre a infância apenas balbuciem. Isto permitiria pensar outras linguagens, expressões, modos de constituição de si e do outro a partir de estratégias diversas de "codificação", mas também com a abertura para "descodificar" a forma-infância (COSTA JÚNIOR, 2021; HECKERT, 2018). Tal gesto abriria outros modos de entender as infâncias indígenas, ribeirinhas, quilombolas, urbanas, campesinas, *queers*, entre outras ainda não nomeadas. Trata-se de descodificar a forma-infância a partir dos critérios com os quais aprendemos a lidar com ela e, assim, derrubar o castelo de cartas, o edifício conceitual, desfazendo o teto de vidro no qual projetou-se historicamente ideias essencializadoras da infância (e da criança) como idade da vida ou como experiência com o mundo (cf. ABRAMOWICZ, 2011). Assim, Miguel (2014, p. 861) propõe:

> [...] os discursos pós-colonialistas são discursos limítrofes que se constituem nas fronteiras, por sujeitos limítrofes de carne e osso, praticantes de línguas fronteiriças e que são muitas vezes discriminados até mesmo por outras comunidades fronteiriças que se constituem em todos os domínios territoriais nacionais ou de outra natureza.

Dessa região limítrofe em termos linguísticos e étnicos emerge outro modo de pensar a infância. Nisto, segundo o autor cabe uma reflexão metodológica, pois:

> [...] tal método estrutural que opera com o propósito de se buscar estruturas invariantes por trás de transformações que dão visibilidade às diferenças, permite que mãos inescrupulosas, carregadas de desejo de poder, suponham a existência de *scripts* estruturais outros justamente para apagar as diferenças, reduzindo-as a um rosto típico comum: novo poder colonial do Ocidente científico, tanto sobre o Oriente quanto a si próprio, desejoso de identificar supostas purezas ou impurezas comuns a fim de criminalizar supostas impurezas comuns de pessoas comuns e salvar uma suposta pureza comum de pessoas supostamente incomuns (MIGUEL, 2014, p. 865).

No jogo entre pureza e impureza, identidade e diferença, mudança e permanência, há múltiplas armadilhas que incidem no modo de pensar a infância e o corpo da criança. Faz-se isso racializando-o, territorializando-o a partir dos códigos que irão inferiorizá-lo e lê-lo em uma chave explicativa que por mais bem intencionada que possa parecer ("salvar a criança") pode atualizar insidiosas formas de dominação. A infância apareceu quase sempre como uma alteridade radical em relação à razão. Isto foi traduzido na potente expressão cunhada por Amadeu Weinmann (2008): *Infância – um dos nomes da não razão*.

Ora, seria possível desterritorializar a infância, isto é, a "forma-infância" hegemônica, com suas conotações etárias, regionais, raciais, sexuais e de gênero? Ana Lúcia Heckert (2018) adverte que "a universalização da noção de infância colocou na sombra a diversidade de modos de experimentar a vida, as raridades" do devir criança em sua possibilidade de variação, de diferenciação em relação a tal modelo instituído e que se constitui como uma ficção útil. Para além do contraponto "criança x menor", talvez fosse preciso pensar modos de "minorar a infância" e desenhar infâncias menores, não hegemônicas, não condizentes com o rosto normalizado no esquema "infância-cidadão-consumidor". Trata-se de uma rota de fuga em relação às armadilhas da "ciência", do capital e das políticas de subjetivação. Assim, "convocar a afirmação da infância como experimentação, e não como fase ou etapa do desenvolvimento, é afirmar a positividade da abertura infinita para pensar e fazer diferentemente do que se faz e se pensa" (HECKERT, 2018, p. 325-340). Tensionar os sentidos da infância a partir de toda uma retórica do cuidado que a torna subalterna ajuda a analisar as diferentes confabulações que constituem a historiografia sobre o tema. Em se tratando de um canteiro de estudos, cabe às pesquisadoras e pesquisadores o dever de cultivá-lo e extrair daí suas ervas daninhas.

De Ariès e além

A historiografia da infância que surgiu a partir dos anos 1960 tomou certos caminhos, o que se explica pelo momento em que surgiu e as condições de pesquisa que lhe deram sustentação dentro das renovações dos Annales, no

caso francês. Neste cenário, a obra de Philippe Ariès (2006) constitui um clássico, com todos os elogios e críticas que geralmente se faz a um intelectual e uma obra que recebem essa pecha. Em 1960, ele publicou na França e nos Estados Unidos o livro *História social da criança e da família,* um dos estudos pioneiros que pôs o tema infância na cena. Sendo um demógrafo histórico, Ariès propôs um tema novo e usou diferentes fontes documentais que contemplavam a literatura e pinturas desde o Medievo à Renascença. A tese era de que a infância, ou melhor, o "sentimento de infância", não existia até a Idade Média, pois "até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância naquele mundo" (ARIÈS, 2006, p. 17). Tal sentimento surgiu no século XVII e isso "não significa o mesmo que afeição pelas crianças", mas uma espécie de "consciência da particularidade infantil" e seria essa que distinguiria "essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem" (ARIÈS, 2006, p. 99).

Collin Heywood (2004), posteriormente, destaca o papel marginal que a criança ocupou durante longo tempo na história do Ocidente, vindo a se tornar um objeto de estudo mais difundido em um período relativamente recente. O autor dialoga com o medievalista James A. Schutz para pensar como desde o mundo antigo até o século XVIII, as crianças foram consideradas como uma figura marginal no mundo adulto. Entende que até os anos 1950 ainda eram poucos os profissionais da história dedicados ao estudo da infância e uma parte considerável dos trabalhos era de caráter marcadamente institucional, "descrevendo o surgimento dos sistemas escolares, a legislação sobre trabalho infantil, as agências especializadas em delinquentes juvenis, os serviços de bem-estar infantil e assim por diante" (HEYWOOD, 2004, p. 13), sendo que as próprias ideias de infância e criança eram pouco tematizadas. Discute com uma série de especialistas sobre a repercussão da obra do demógrafo francês, enfatizando as críticas ao argumento de Ariès, tendo em vista a possibilidade de pensar a diversidade de experiências de pessoas com pouca idade em diferentes momentos do passado. O fato de o recorte ter privilegiado muito mais a criança aristocrata foi alvo de crítica, pois um argumento amplo como aquele precisaria estar embasado em outros suportes documentais. Contudo, sem deslegitimar a obra, Heywood estrutura as seguintes críticas ao trabalho de Ariès:

> a) os críticos o acusam de ingenuidade no trato das fontes históricas, e são particularmente severos em relação a suas evidências iconográficas. Ariès fez a famosa afirmação de que, até o século XII, a arte medieval não tentou retratar a infância, indicando que "não havia lugar" para ela em sua civilização [...]. Ninguém questiona a ideia de que as crianças costumam estar ausentes da arte da Alta Idade Média. No entanto [...], a concentração nos temas religiosos fez com que muitas outras coisas também estivessem ausentes, notadamente "quase toda a vida secular", o que impossibilita que se isole a criança como ausência significativa; b) os críticos [...] apontam para seu caráter extremamente "centrado no presente". [...] ele buscou evidências da concepção de infância do século XII na Europa medieval. Como não encontrou indícios, passou diretamente à conclusão de que o período não tinha qualquer consciência dessa etapa da vida. [...] isso deixa aberta a questão da possibilidade da existência, na Idade Média, de "uma consciência da infância tão diferente da nossa, que não a reconhecemos"; c) [...] exagerada a tese de Ariès sobre a completa ausência de qualquer consciência da infância na civilização medieval [...]; e, uma quarta crítica, d) uma contraposição ainda mais pungente à conclusão de Ariès de que o período medieval carecia de uma consciência da infância surge da herança do discurso greco-romano sobre o sujeito. O latim medieval adotou a tradição hipocrática de se dividir a infância em três etapas: infantia, do nascimento aos 7 anos; pueritia, dos 7 aos 12 anos para meninas, e dos 7 aos 14 para meninos; e adolescentia, dos 12 ou 14 até os 21. O discurso também funcionava como meio para o pensamento clássico sobre as idades do homem. Alguns dos esquemas disponíveis aos estudiosos tratavam detalhadamente da infância (HEYWOOD, 2004, p. 13-26).

Apesar das críticas, o trabalho de Ariès abriu o campo da história da infância no contexto francês e estadunidense tendo um efeito multiplicador e crítico às suas proposições. No contexto da *nouvelle histoire*, Jacques Le Goff e Pierre Nora organizaram e lançaram a coleção *Faire de l'Histoire* [Fazer História] em três volumes: 1 – Novos Problemas; 2 – Novas Abordagens; 3 – Novos Objetos. E no terceiro volume há o texto *Os jovens: o cru, a criança grega e o cozido*, do helenista Pierre Vidal-Naquet, em que parte de alguns pares de oposição como característica básica do estruturalismo antropológico para pensar as diferenças entre crianças e adultos, atenienses e espartanos, homens e mulheres, helenos e bárbaros, senhor e escravo, diacronia e sincronia etc., focalizando o rito de passagem pelo qual a criança grega se tornava um cidadão (ateniense) ou um guerreiro (espartano). O foco nos ritos de passagem

vividos por homens e mulheres permite entender aspectos constitutivos do mundo grego antigo como a formação das *fratrias* (união coletiva para a preservação dos territórios pelas tribos), da *efebia* (serviço militar cívico) e da própria *paideia* (a formação do homem grego). Afirma que "o casamento é para a jovem o que a guerra é para o rapaz: para todos os dois marcam a realização de sua natureza respectiva, ao sair de um estado em que cada um participa ainda do outro" (VIDAL-NAQUET, 1976, p. 124). A partir de fontes como *República dos Lacedemônios*, de Xenofonte e a *Vida de Licurgo*, de Plutarco, acessamos uma descrição pormenorizada do agogè (treinamento militar espartano) imposto às crianças. Ali, a infância espartana aparece ao mesmo tempo "sob o signo da selvageria e sob o da cultura hoplítica: a criança é igualmente ao mesmo tempo um pequeno animal e um pré-hoplita [pré-soldado]" (VIDAL-NAQUET, 1976, p. 131).[2]

Posteriormente a temática seria abordada em outra coleção grandemente conhecida na historiografia internacional. Em 1986 seria lançada *História da Vida Privada*, um grande projeto editorial sob a direção de Philippe Ariès e Georges Duby. O terceiro volume subintitulado *Da Renascença ao Século das Luzes*, organizado por Roger Chartier, trouxe o texto *A individualização da criança*, de Jacques Gélis. Ali, ampliando a abordagem proposta há duas décadas por Ariès, o autor partiu de uma análise sobre o corpo da criança constituído culturalmente na interface entre o público e privado. O processo de individualização da criança envolveu práticas, ritos e processos desde a amamentação, alimentação após o aleitamento, aprendizagens no âmbito familiar e escolar e procedimentos de higiene. Diferentemente de Ariès, não aponta um marco divisor definitivo na construção de uma sensibilidade em relação à criança, pois "a evolução do sentimento da infância não se manifesta

[2] Outros três estudos da historiografia francesa merecem menção: a) em 1977 Jacques Donzelot (1986) publicou *A Polícia das Famílias* em que analisa as práticas que construíram o modelo de família nuclear burguesa e as formas de combate ao abandono de crianças, observando como o "social" emergiu como objeto de investimento e no papel que a Medicina exerceu sobre o corpo infantil a partir do século XVIII; b) *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, de Elisabeth Badinter (1980), indica os lugares da criança na experiência materna e familiar e as conexões entre os estudos das mulheres, estudos de gênero e história da infância; c) *O Sexo e o Ocidente*, publicado em 1981 por Jean-Louis Flandrin, analisa a relação ocidental com sexo a partir do século XVI, figurando aí a criança como objeto de controle, mas também de certas sensibilidades e emoções singulares. Além disso, tem-se a coletânea *História dos Jovens* em dois volumes organizada pelo historiador italiano Giovanni Levi e o francês Jean-Claude Schmitt (1996). Mapeia experiências desde o mundo antigo ao século XX, buscando as diferentes concepções e experiências do que é ser jovem em tempos e espaços variados.

de maneira linear" (GÉLIS, 2009, p. 311). A não definição de um modelo evolutivo explica-se porque:

> é difícil acreditar que a um período de indiferença com relação à criança teria sucedido outro durante o qual, com a ajuda do "progresso" e da "civilização", teria prevalecido o interesse... O interesse ou a indiferença com relação à criança não são realmente a característica desse ou daquele período da história. As duas atitudes coexistem no seio de uma mesma sociedade, uma prevalecendo sobre a outra em determinado momento por motivos culturais e sociais que nem sempre é fácil distinguir. A indiferença medieval pela criança é uma fábula; e no século XVI, como vimos, os pais se preocupam com a saúde e a cura de seu filho (GÉLIS, 2009, p. 317-318).

Tal gesto de pluralizar as noções de criança e infância se pôde ver no estudo de Ana Rodrigues Oliveira (2007), proveniente da historiografia portuguesa dos anos 2000. Em *A criança na sociedade medieval portuguesa* esta historiadora estudou as práticas e representações que tematizaram a criança desde seus primeiros anos de vida até quatorze anos durante a Baixa Idade Média, isto é, séculos XII ao XV. Mobilizou fontes representativas da cultura letrada cristã e árabe. As fontes iconográficas dos tempos góticos foram centrais para perceber o desenvolvimento de imagens que indicavam uma valorização da criança, algo que não esteve presente nas obras românticas do período anterior, dando a entender assim como a sociedade urbana e cortesã da Baixa Idade Média conferiu especificidade cultural à criança. Além disso, realiza um diálogo com estudos da Paleobiologia que ajudam a entender processos como mortalidade e adoecimentos de crianças a partir da análise dos esqueletos.

As vidas das crianças passaram cada vez mais a ser objeto de cuidados e disciplinas, o que se demonstra pela prescrição e incentivo à prática da ginástica e jogos desportivos. Isso indicava tanto a adesão aos valores renascentistas como também uma tentativa de limitar e evitar "as atividades desordeiras provocadas pelos bandos de adolescentes que vagabundeavam na maior parte das vilas e cidades da Baixa Idade Média Ocidental" (OLIVEIRA, 2007, p. 123).[3]

[3] De Portugal consta uma produção sociológica proveniente do Instituto de Estudos da Criança na Universidade do Minho. Destaca-se a análise de Sarmento (2008) sobre a Sociologia da Infância em suas correntes e confluências desde a teoria durkheimiana da socialização à Nova Sociologia da Infância, assim como o debate sobre as categorias "infância" e "criança" (cf. Sarmento, 1997). Para uma análise da Sociologia da Infância na França, cf. Sirota (2011). Por

Assim, esse jogo analítico entre as formas de apreensão e cuidado da criança e os modos de abandoná-la em diferentes contextos socioculturais atravessa diferentes obras. Na virada do século XX para o XXI esse tema esteve na ótica do historiador e professor Buenaventura Delgado, catedrático de História da Educação da Universidade de Barcelona. Em *Historia de la Infancia* (1998) há um estudo de fôlego sobre a dialética entre o abandono e as formas de cuidado desenvolvidas em relação às crianças desde os hebreus ao "século da criança". Embora parta de uma cronologia semelhante àquela que está presente em outros estudos como os de Ariès e Heywood, deve-se considerar que Delgado mobiliza fontes nem sempre utilizadas na historiografia e as analisa de um modo sutil e sensível, perscrutando as representações, imagens e sensibilidades presentes sobre o ato de educar desde um autor antigo como Quintiliano às disputas sobre a criança em Rousseau, na Era Moderna. Mas também ocupa destaque nessa historiografia da infância a obra do psicanalista italiano Lloyd DeMause. Em *A História da Infância* (1974) estuda as relações entre pais e filhos ao longo do tempo, perfazendo uma cronologia longa para demonstrar o argumento de que quanto mais se recua no tempo mais se vê a materialização da negligência dos pais em relação aos filhos como a clara evidência de uma imaturidade emocional na relação familiar. Trata-se, portanto, de uma tese muito próxima àquela defendida por Ariès, sendo longamente combatida e documentalmente refutada por inúmeras pesquisas desenvolvidas desde então.[4]

No âmbito da historiografia latino-americana, Martha Cecília Herrera e Yeimy Cárdenas Palermo (2013) analisam como o fortalecimento e institucionalização acadêmica dos estudos de história da infância se efetuou a partir da década de 1990. Tal configuração se deu em dois aspectos, pois, por um lado, houve a configuração da infância como objeto paradigmático nas Ciências Sociais, permitindo o trabalho entre diferentes disciplinas visando uma dessencialização da infância como categoria; por outro, se verificou que o interesse pela infância como objeto de estudos se relacionou com a tensão entre visibilidade e invisibilidade das crianças como sujeitos jurídicos. As autoras indicam quatro tendências que marcaram o campo: *instituições e regimes de*

sua vez, Warde (2007) constrói uma análise sobre a constituição dos Estudos da Infância e sua interlocução com a História da Infância no Brasil, mapeando as tensões interdisciplinares.

[4] Para um levantamento sobre a infância na produção histórica e sociológica em países como Finlândia, Holanda, Austrália, Alemanha etc., cf. Reis e Gomes (2015).

criança, comportando estudos sobre enfermidade e mortalidade infantil na América Latina, focalizando instituições de controle e proteção da vida das crianças, a exemplo das casas de expostos e hospícios, enquanto os regimes dariam conta de estudos sobre manuais de postura, conduta, educação física e alimentar etc.; *vadiagem, delinquência e regimes corretivos* tem apresentado estudos sobre os regimes correcionais aplicados às crianças consideradas desajustadas e se articula com as discussões sobre os processos e efeitos da urbanização a partir do oitocentos; *escola, civilidade e civismo* articula estudos sobre a instituição escolar, abordando correntes pedagógicas, modelos curriculares, sentidos de ser criança em determinadas culturas escolares, processos de formação de professores, educação infantil, assim como textos e diferentes materialidades e suportes para estudar as práticas educativas; por fim, a tendência nomeada como *infância vivida* fornece pistas sobre a formação do sujeito, configurando-se em uma tendência com produção acadêmica menos numerosa, pois entende a infância como experiência singular, situada espacial e temporalmente, o que pressupõe a mobilização de outras fontes e abordagens, incluindo aquelas com pesquisa participante, etnografia etc.[5]

Desde o início dos anos 2000 tem existido uma preocupação sobre as escolhas metodológicas para a produção de conhecimento sobre as crianças e infâncias. Apesar de sorrateiro e secundário nessa produção mais ampla, também há ensaios de crítica à historiografia da infância, como fez a historiadora mexicana Zoila Santiago Antonio (2007) ao diferenciar os enfoques historiográficos na matriz europeia, notadamente, mas com atenção a alguns trabalhos latino-americanos. Noutra chave analítica e partindo da ideia de que "não há consenso na literatura sobre a forma mais adequada de acessar o ponto de vista das crianças", em razão das diferentes formas de conceber

[5] Para uma discussão sobre os modos de ver a agência infantil na história e a relevância de ensinar história da infância na escolarização, bem como as estratégias para incentivar e reconhecer a ação ativa e criativa de crianças e adolescentes no presente e no passado, cf. Sosenski (2015). Por outro lado, deve-se considerar que no campo da Sociologia a obra de William Corsaro tem contribuído significativamente para repensar a socialização das crianças e rever a relação indivíduo/sociedade, produção/reprodução social, diferentemente dos paradigmas funcionalistas e organicistas. A partir de pesquisas no contexto italiano e estadunidense o autor desenvolveu o conceito de "reprodução interpretativa" para descrever e analisar as complexidades dos processos de interação social de crianças em perspectiva intergeracional. Assim, visa-se reconhecer as criatividades, novidades e diferenças presentes nas culturas infantis produzidas na relação com a cultura dos adultos, mas elaboradas com sutilezas que somente o método etnográfico permite perceber em seus pormenores (cf. CORSARO, 2011).

ontologicamente a criança, Fabiana Luci de Oliveira (2018) fez um levantamento bibliográfico e refletiu sobre "quais crianças" e "quais infâncias" têm sido abordadas nas pesquisas sociológicas e as escolhas em jogo nos estudos *com* crianças ou *sobre* crianças.

A historiografia da infância no contexto latino-americano se fortaleceu a partir de 2015 com a criação da *Red de Estudios de Historia de las Infancias en América Latina* (REHIAL), em evento na cidade de Buenos Aires. Entre os objetivos da rede, tem-se: a) agrupar investigadores e acadêmicos dedicados ao estudo da história das infâncias na América Latina; b) promover a história das infâncias na América Latina e consolidá-la como um campo de investigação e estudo científico.[6] Da produção vinculada à REHIAL pode-se destacar três obras coletivas que indicam os esforços em curso. A primeira é *Nuevas miradas a la historia de la infancia en América Latina: entre prácticas y representaciones*, organizada por Susana Sosenski e Elena Jackson Albarrán (2013) com apoio da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Tematicamente o livro apresenta diversos olhares sobre as infâncias, desde aportes sobre o Chile e México no século XVI, as rotinas judiciais e o trato do abandono infantil na Argentina e na Alta Califórnia. Além disso, traz materiais sobre o discurso pedagógico e as práticas de consumo, releituras da Revolução Mexicana com fontes autobiográficas e um estudo sobre a relação juventude e nacionalismo no México. Três autores brasileiros participam: Eduardo Silveira Netto Nunes com um estudo sobre o Instituto Internacional Americano de Protección a la Infancia e Marli de Oliveira Costa e Maria Stephanou com um artigo sobre as práticas de leitura no Brasil da primeira metade do século XX.[7] Em termos regionais, a coletânea conta com representações de países como México (3), Chile (1), Brasil (2), Colômbia (1), Estados Unidos (1) e Argentina (2).

Infâncias e juventudes no século XX: histórias latino-americanas (2018), foi organizado por Sílvia Arend, Esmeralda Moura e Susana Sosenski, estruturando-se em cinco temas: família, consumo, ditaduras, menoridade e trabalho. Sobre a menoridade, que nos interessa mais detidamente aqui, os dois textos que compõem esta parte do livro são escritos por dois brasileiros: Ailton

[6] A página oficial da REHIAL com informações sobre seus membros, atividades, publicações etc., pode ser acessada no seguinte link: https://www.aacademica.org/rehial.
[7] Para uma discussão sobre a invenção da criança na sociedade ocidental moderna a partir da cultura dos impressos em Portugal no século XVIII, cf. Ripe (2022).

José Morelli e Humberto Miranda. O primeiro aborda as Semanas de Estudos do Problema do Menor – fóruns de debate sociojurídico sobre esse assunto entre os anos 1930 e 1950 –, enquanto o outro desdobra a reflexão de sua tese e aborda a relação entre abandono e idealização de um modelo familiar na experiência da Febem/PE. Uma terceira coletânea é *La historia de las infancias en América Latina*, compilada por Lúcia Lionetti, Isabela Cosse e María Carolina Zapiola (2018) com apoio da Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires. Marcadamente feminina, a produção conta com duas brasileiras: Sílvia Arend e Esmeralda Moura. Predomina a produção argentina, pois dos dez textos, cinco são desse país. Fora do eixo latino-americano está a contribuição de Elena Jackson Albarrán, representando a Miami University (EUA). A coletânea recobre temas clássicos como família e abandono, mas também aponta o manuseio de fontes audiovisuais e periódicas para pensar temas como consumo, terrorismo de Estado etc.[8]

Em 2021 foi publicado o dossiê *Infâncias, Direitos e Vulnerabilidades* da revista *Fronteiras*, no Brasil, sob a coordenação de Aline Lazarroto, Camila Serafim Daminelli e Elisangela Machieski. Foram entrevistadas Sílvia Maria Fávero Arend e Susana Sosenski sobre os desafios e avanços no campo da história da infância na América Latina. Ambas abordaram as dificuldades no acesso às fontes documentais no início das suas trajetórias como pesquisadoras e apontaram o profícuo diálogo entre as pesquisas pelo potencial que elas têm de indicar similitudes e diferenças significativas nos processos por meio dos quais estas sociedades construíram formas de lidar com suas crianças e infâncias. Na ocasião, Sílvia Arend (2021) indicou três fases referentes à constituição da historiografia da infância no Brasil.

> Entendo que a historiografia relativa à História das Infâncias e Juventudes, desde os anos de 1980 até os dias de hoje no Brasil, passou por três fases. Na primeira fase as narrativas foram produzidas geralmente por profissionais de outras áreas do conhecimento, a partir de temporalidades consideradas oficiais e fontes oriundas de instituições de abrigo ou de natureza

[8] Não é possível, nos limites deste artigo, considerar outros materiais da produção vinculada à REHIAL como textos em periódicos, teses e dissertações etc. Do mesmo modo, não entra neste escopo analítico a produção que consta dos anais de encontros realizados pela rede. Os livros comentados foram selecionados tendo em vista dois aspectos: a) são coletâneas que indicam uma abrangência regional; b) são obras que indicam diferentes caminhos na abordagem sobre a menoridade.

> similar. A segunda fase está associada ao aumento do número de Programas de Pós-Graduação em História no país a partir do início dos anos 2000. As temáticas e problemas dos estudos – dissertações de mestrado e teses de doutorado – se diversificaram, assim como a utilização de fontes plurais na construção das narrativas, com destaque para a imprensa, as emitidas pelos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo e organismos internacionais, as elaboradas nos processos de escolarização, as confeccionadas pelas instituições de abrigo e as produzidas sob a ótica da História Oral. A partir desta fase, a História das Infâncias e Juventudes consolidou-se como uma área de investigação no interior da disciplina no Brasil. A criação do Grupo de Trabalho de História da Infância e da Juventude vinculado à Associação Nacional de História (ANPUH), em 2013, foi de fundamental importância neste processo. O GT da ANPUH nacional e as suas seções estaduais passaram a fomentar um conjunto de atividades acadêmicas (publicações, eventos etc.) com o objetivo de divulgar a produção de conhecimento no país e no exterior. Compreendo que estamos ingressando lentamente em uma nova fase da historiografia em que os pesquisadores brasileiros/as estão começando a questionar alguns paradigmas epistêmicos, bem como temporalidades e o uso de fontes. É possível que as "respostas" às perguntas complexas colocadas por este nosso tempo em relação à sociedade brasileira demandem alçar estes novos voos. É o caminhar da Ciência... (LAZAROTTO, DAMINELLI & MACHIESKI, 2021, p. 282).

Mais do que uma cronologia rígida, parece haver aí uma análise sobre a relevância do aspecto institucional na consolidação da área. Na mesma entrevista ambas foram indagadas sobre os desafios do "captar a voz" da criança na pesquisa histórica, isto é, realizar investigações que não se ancorem "apenas" em documentos produzidos por adultos "sobre" as crianças, mas mobilizando fontes que em alguma medida tenham sido construídas "com" a agência da criança e do adolescente. Sobre isto, Susana Sosenski (2021) refletiu que:

> Há muitas maneiras de capturar as perspectivas das crianças. Mas o mais importante são as perguntas com as quais abordamos essas perspectivas: o que queremos saber? O que queremos estudar? Devemos partir da ideia de que a voz de meninos e meninas não existe *per se*, mas sim em sua relação com os outros. Toda voz é polifônica, só podemos nos constituir como sujeitos sociais na medida em que nossas subjetividades se cruzam com outras. Dessa forma, as vozes ou perspectivas das crianças não dizem algo em si mesmas, mas apenas no entrelaçamento com outras vozes. Assim, torna-se fundamental distinguir os fios em que pendem, as discussões que as atravessam, as fontes de onde se alimentam e o horizonte histórico em que se enunciam, resistem ou dialogam com outras vozes: a institucional, as oficiais, da família, da escola, dos

> colegas ou colegas de trabalho, amigos, vizinhos, produtos culturais (LAZAROTTO, DAMINELLI & MACHIESKI, 2021, p. 276-277).

O interesse na presença ativa da criança na história diz respeito a uma atitude metodológica e um comprometimento ético-político dos especialistas que tentam fugir do fantasma do adultocentrismo na escrita da história. Trata-se de uma tendência historiográfica mais recente e que se constitui a partir da História Cultural e da História Social, notadamente. Busca-se não apenas os discursos *sobre* a criança, as formas de controle e pedagogização, mas também se procura a participação das crianças. Isto torna possível compreender as culturas infantis, os significados de ser criança, os modos de convivência e os processos de subjetivação a partir do que as crianças sentem e entendem. Mas isso indica os limites e alcances da investigação histórica diante dessa alteridade radical que é a infância e a criança. Neste sentido, Miriam Berlaffa (2021) discute o lugar dessa infância cada vez menos pensada e menos reconhecida como produtora de cultura e reduzida a uma "etapa da vida", o que pressupõe sua negação tendo em vista a importância dada à vida adulta que lhe sucede. Infâncias, vozes e silêncios fazem parte desse canteiro em construção e cujas exclusões e impossibilidades são discutidas também por Patrícia Redondo (2015, p. 155) quando afirma que "a infância representa um analisador privilegiado da sociedade latino-americana hoje". A autora desenvolve uma reflexão sobre a condição humana na acepção arendtiana, articulando os fatores pobreza e exclusão escolar nas vidas de crianças latino-americanas, demonstrando como a partir da história da infância se pode compreender múltiplos aspectos da estrutura social.

Ambas as autoras dialogam com o pensador espanhol Jorge Larrosa (2000). Ele discute sobre o "enigma da infância", algo que muito pode ensinar aos historiadores/as sobre a relação entre infância, sociedade e conhecimento, uma vez que:

> [...] podemos abrir um livro de psicologia infantil e saberemos de suas satisfações, de seus medos, de suas necessidades, de suas peculiares maneiras de sentir e de pensar. Podemos ler um estudo sociológico e saberemos de seu desamparo, da violência que se exerce sobre elas, de seu abandono, de sua miséria. Temos bibliotecas inteiras que contêm tudo o que sabemos das crianças e legiões de especialistas que nos dizem o que são, o

> que querem e do que necessitam em lugares como a televisão, as revistas, os livros, as salas de conferências ou as salas de aulas universitárias (LARROSA, 2000, p. 183).

Há saberes articulados e autorizados a abordar, tratar, explicar e delimitar a infância como tema para uma objetivação e como objeto de governo. Toda uma engrenagem social foi criada para abarcar a infância e não permitir que aspecto algum fugisse do controle dos profissionais capacitados a lidar com ela, fabricando assim um circuito de práticas de definição e governo da infância que Sandra Mara Corazza (2004) nomeou como "dispositivo da infantilidade" em seu incontornável *História da Infância sem Fim*, resultado de sua tese de doutorado em educação *História da infantilidade – a vida-a-morte e mais-valia de uma infância sem fim* na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1998. Tal dispositivo engendrou saberes e práticas diversas sobre a infância, elaborando-se com diferentes cenas de horror e descaso, fortalecendo a perspectiva de que o ato de nomear e renomear a infância de diferentes maneiras torna-se o modo de nos apoderar dela e das experiências que este conceito circunscreve. Embora por caminhos distintos, há algo de semelhante nas análises de Corazza e Larrosa: um desconforto com o que se apresenta ou é apresentado como bom, generoso, gentil e útil à "causa da infância" (RIZZINI, 2011). Esta produção de visibilidades sobre a infância como um capital a ser gerido mais configura exclusão e violência do que os pretendidos efeitos positivos de inclusão. Larrosa nos alerta para a importância de uma desconfiança sadia em relação aos saberes que se apoderam da infância, não perdendo de vista que ela é sempre algo a mais do que supõe a nossa vontade de saber. Fortalece assim a perspectiva que afirma a infância como potência, novidade e diferença radical, ingovernável.

Deste modo, pode-se articular tal leitura à análise de Neil Postman (2011) sobre o "desaparecimento da infância" no mundo contemporâneo. Segundo este autor, a cultura estadunidense miditatizada e consumista é "hostil à ideia de infância". Afirma que:

> [a] infância é análoga ao aprendizado da linguagem. Tem uma base biológica, mas não pode se concretizar a menos que um ambiente social a ative e alimente, isto é, tenha necessidade dela. Se uma cultura é dominada por um meio de comunicação que requer a segregação dos jovens para que aprendam

> habilidades e atitudes antinaturais, especializadas e complexas, então a infância, de uma forma ou de outra emergirá [...]. Se as necessidades de comunicação e uma cultura não exigem a segregação prolongada dos jovens, então a infância continua muda (POSTMAN, 2011, p. 158-160).

Embora sua análise permita pensar sobre a relação entre infância e publicidade, mapeando os efeitos da mídia sobre os comportamentos, por outro lado soa catastrófica e finalista. Ao afirmar que "a tecnologia foi deificada, que o processo político foi degradado, que a mente adulta tem se apequenado e que a infância está definhando" (POSTMAN, 2011, p. 158-160), dá a entender que não haveria outros modos de urdir a infância na cultura contemporânea. Em outro enfoque proveniente da Sociologia anglo-saxã, Berry Mayall (2000) focaliza a constituição da infância contemporânea nas diferenças e conflitos intergeracionais. Para essa socióloga as agendas políticas ocorrem a partir de um conjunto de referências e expectativas mobilizadas pelos adultos. Nisto, a infância foi definida sociologicamente com *status* inferior, pois se trata de um adulto por vir, um sujeito autônomo ainda a se constituir e sobre o qual se lança um conjunto de promessas e temores. Assim, nega-se a singularidade das infâncias e crianças ao passo em que, paradoxalmente, isto se torna um crescente objeto de interesse.

Dos anos 1960 aos 1980 a historiografia britânica, por sua vez, passou por mudanças com as leituras da Escola de Birmingham acerca do marxismo e do materialismo histórico-dialético relido na Antropologia Cultural. A obra do historiador Edward Palmer Thompson exerceu influência nisso, destacadamente com *A formação da classe operária inglesa* (1963), inovando a abordagem materialista-dialética da história para entender o modo como a classe operária se constituiu em termos de organização política e cultural entre 1780 e 1820 na Inglaterra. Thompson estuda a intensificação do uso do trabalho infantil na Inglaterra entre 1780 e 1840. O seu objetivo é demonstrar a potencialização da prática do trabalho infantil como um dos efeitos do processo de modernização e industrialização da Inglaterra nos séculos XVIII e XIX. Aponta que a infância sofreu os efeitos negativos dessa dinâmica econômica e cultural, sendo fortemente explorada na órbita de um capitalismo industrial em ascensão, usando estatísticas para construir uma demografia retrospectiva.

Conclui que "o trabalho infantil não era uma novidade. A criança era uma parte intrínseca da economia industrial e agrícola antes de 1780, e como tal permaneceu até ser resgatada pela escola" (THOMPSON, 1987, p. 203). A forma predominante de trabalho infantil era doméstica ou no seio da economia familiar e nem mesmo as crianças de mais tenra idade eram desprezadas do trabalho, pois "aquelas que mal sabiam andar podiam ser incumbidas de apanhar coisas" (THOMPSON, 1987, p. 203).

Embora o foco de Thompson tenha sido o processo de formação da classe operária, ele contribui para entender o uso do trabalho infantil de forma gradual estendendo-se do espaço doméstico para o público. Analisa ainda a relação dos pais com a criança trabalhadora, afirmando que a inclusão da criança no mundo do trabalho deu-se gradualmente e respeitando a capacidade e a idade da criança, "intercalando-se com a entrega de mensagens, a colheita de amoras, a coleta de lenha e as brincadeiras" (THOMPSON, 1987, p. 205). Ali o trabalho infantil se constituía fundamentalmente nos "limites da economia familiar" com a atenção dos pais. Portanto, se Ariès havia tematizado a construção do sentimento da infância no século XVII podemos perceber que Thompson não se distancia totalmente da identificação de certa sensibilidade em relação à criança, considerando uma certa "consciência" da sua particularidade. Acerca da relação dos pais com os filhos afirma que "é verdade que as atitudes dos pais em relação às crianças foram excepcionalmente severas durante o século 18, mas não há indícios sobre sadismo generalizado ou falta de carinho" (THOMPSON, 1987, p. 205). Embora a fábrica seja um espaço símbolo da mecanização e modernização, Thompson chega a duas conclusões: *a)* as crianças tinham sua força de trabalho usada de uma forma diferente, pois até o século XVIII persistiram algumas práticas como jogos, danças e esportes praticados por elas, o que dificilmente ocorreria se as crianças tivessem sido confinadas durante um longo turno no espaço fabril; *b)* havia a resistência dos trabalhadores para enviarem seus filhos às primeiras fábricas, o que teve como efeito a contratação de aprendizes indigentes.

Foi sobre o corpo das crianças que se inscreveram os efeitos de uma vontade de industrialização e modernização a todo custo. Explorando e disciplinando as crianças e os trabalhadores adultos em jornadas de quatorze e dezessete horas diárias, eis que a infância passou a ser vista cada vez mais pela

ótica do lucro. Mas, segundo Thompson, não se pode concluir, apressadamente, que a infância apenas era vítima de violência da parte de seus pais ou contramestres, sem a existência de algum tipo de defesa. Há registros de discussões e brigas envolvendo pais que "se vingavam castigando os operários que maltratavam seus filhos". Apesar da violência física sofrida pelas crianças, "[...] a principal fonte de crueldade era a disciplina imposta pelas máquinas, prodigamente complementada pelo comportamento dos contramestres ou do patrão (nas fábricas menores)" (THOMPSON, 1987, p. 211). Como historiador engajado que era, ele afirma: "[...] a exploração das crianças, na escala e na intensidade com que foi praticada representou um dos acontecimentos mais vergonhosos da nossa história" (THOMPSON, 1987, p. 224). A condição de mudez da infância mais uma vez pode ser percebida nessa história. A voz da infância mais uma vez foi obliterada pelo barulho ensurdecedor das fábricas e alvo da refutação uníssona do ideal de progresso.

Atravessando o canal da mancha e voltando à França vemos outros estudos. Da História Social emergiu a obra de Michelle Perrot (1988). Ela escreveu um conjunto de textos que foi selecionado e organizado no Brasil pela historiadora Maria Stella Bresciani. A chegada da obra de Perrot se deu no interior do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) que, por sua vez, exerceu força na configuração do campo da História Social no país, assim como o PPG em História da Universidade de São Paulo (USP). Abriu-se uma agenda com temas e releituras inovadoras acerca da escravidão, trabalho e costumes. Os textos selecionados por Bresciani compõem o livro *Os excluídos da História* (1988). Na perspectiva de uma "história vista de baixo" aborda mulheres, operários e prisioneiros, tratando da infância no capítulo: *Na França da Belle Époque, os 'apaches', primeiros bandos de jovens*.

Documentalmente, destaca-se da pesquisa o uso do Cômputo Geral da Administração da Justiça Penal, um relatório oficial cuja periodicidade era anual e continha dados sobre os crimes cometidos, a faixa etária dos condenados, as penas, o grau de reincidência etc. A partir das considerações de Michel Foucault (2012) sobre o sistema penal francês no século XIX, a autora reflete sobre a pena privativa de liberdade como ponto de sustentação do sistema como um todo. Trata a delinquência infantojuvenil e a violência urbana

como fenômenos que criaram experiências específicas de crianças e jovens. A articulação dos temas violência-delinquência-infância não é algo necessariamente novo no campo da historiografia, pois já na obra de Ariès esse assunto foi tratado no capítulo "Do despudor à inocência". A condição vulnerável da criança ao crime e à delinquência tem sido tematizada para estimular a reflexão sobre as formas de prevenção deste fenômeno (cf. SANTOS, 2007; CORRÊA, 2007).

Segundo Perrot (1988, p. 315) "ao que parece, é a partir de 1902 que o nome de Apaches passa a ser empregado para designar um bando de jovens cujos delitos faziam Belleville tremer – o de Boné de Ouro, cuja lenda foi registrada por Jacques Becker –, e depois, por extensão, os jovens vadios urbanos" (PERROT, 1988, p. 315). Não há consenso sobre o motivo de utilização desse termo, sendo que para uns poderia ser nada mais nada menos que "invenção dos jornalistas" e para outros poderia significar a resposta policial ao tema. Havia ainda quem dissesse que o vocábulo teria sido escolha dos próprios "jovens que eram acostumados a batizar seus grupos com nomes coletivos e simbólicos" (PERROT, 1988, p. 315). O termo "apache" significava os "jovens malandros dos subúrbios" e foi usado como "sinônimo de bandido",[9] relacionando-se aos grupos de jovens que cometiam crimes, ameaçavam a segurança pública e infringiam as leis e códigos instituídos. Portanto, Mayall e Perrot permitem pensar os processos de definição e diferenciação de "outras infâncias", distantes do "modelo idealizado" a partir do século XVIII em jogos de diferenciação e tensão intergeracional, enquanto Thompson permite pensar a naturalização do trabalho infantil e sua utilização no sistema capitalista.

O Brasil e a historiografia da infância

"Uma ampla literatura procura dar conta da infância, explicar suas fases, entender suas necessidades e definir seus contornos: *dizer o que é a criança*, como se caracteriza, como deve ser tratada e educada, impondo, portanto, uma infantilização exterior a ela", assim Margareth Rago (1985, p. 118, grifos no original) analisa a infância em seu clássico *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade*

[9] Sobre a emergência da questão da infância e os Tribunais de Menores nos EUA, cf. Platt (1982).

disciplinar – São Paulo (1890-1930), ao estudar o processo de urbanização e disciplinarização das relações de trabalho. Seu texto se insere no conjunto de pesquisas que partiram das Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas no Brasil desde os anos 1960 (cf. ALVIM & VALLADARES, 1988) para situar a infância em um movimento de transformação mais amplo no país, destacando o controle do processo de trabalho nas fábricas, a força dos discursos higienista e sanitarista e como eles foram incorporados em políticas de educação, saúde e assistência pelo Estado. De forma similar a Thompson (1987) e Perrot (1988), discute como a rua foi apresentada como espaço da perdição, da prática do crime e da contravenção. Daí o discurso para salvar os menores do "perigo das ruas" por meio do trabalho. Esse controle recaiu sobre "a criança pobre das cidades, sobre os órfãos, mendigos, pequenos vagabundos, que apareciam para os médicos e especialistas em geral como possíveis criminosos do futuro" (RAGO, 1985, p. 126). Neste movimento alguns intelectuais, como Vicente Piragibe, logo se vincularam ao movimento de formação do Serviço Social voltado para menores marginalizados no Rio de Janeiro (cf. COSTA JÚNIOR, 2022).

Rago (1985) privilegiou aspectos da história do trabalho e da cidade que em outras abordagens não apareciam. O corpo ganha protagonismo em sua análise, permitindo perceber a construção social e simbólica do corpo da mulher e da criança em práticas de poder.[10] Ao seu modo, e em razão dos impactos intelectuais que a sua formação havia recebido, neste trabalho houve uma articulação metodológica entre Foucault e Thompson que hoje poderia soar estranha para alguns intelectuais, mas que à época foi realizada de forma estratégica e, posteriormente, comentada por ela (RAGO, 1993; RAGO, 1995).

Proveniente da mesma época e com temática semelhante, a historiadora Esmeralda Moura (1982), proveniente da área da História Econômica do Departamento de História da USP, parte de pesquisa sobre o mundo do trabalho para analisar o menor e a mulher na dinâmica do capital em São Paulo, entre 1890 e 1920. Estuda as condições de trabalho na incipiente indústria paulistana por meio de periódicos, decretos, leis e anuários estatísticos. Discute

[10] A preocupação com o corpo da criança esteve presente nas reflexões de Mauss (2010) no início do século XX. Posteriormente, o tema do corpo e sua inserção sociocultural pôde ganhar outros contornos em obras como a de Pierre Bourdieu, cf. Alanen (2014) e Prado e Voltarelli (2018).

aspectos econômicos da sociedade e a situação de desigualdade entre os grupos sociais caracterizados, por um lado, por empresários e, por outro, pelos operários italianos. Focaliza as condições laborais das mulheres e menores que foram vistos como mão-de-obra barata e vulnerável e com recorrência de acidentes de trabalho. A autora faz uma analogia entre as relações de produção (empresário e operário) e as relações familiares (pais e filhos) e diz que "constrói-se, portanto, entre o menor e a criança, e os próprios pais a mesma espécie de relação que se desenvolve entre o detentor dos meios de produção e o operário" (MOURA, 1982, p. 140). Contudo, sua análise não apresenta detalhes mais sutis e vinculados ao cotidiano familiar e laboral que possam sustentar o argumento. Neste cenário intelectual, se vê como os trabalhos de Rago (1985) e Moura (1982) permitiram construir os contornos de uma historiografia da infância no país, sem esquecer as contribuições lapidares de Gilberto Freyre e Florestan Fernandes no campo da Sociologia (cf. GOULART & FINCO, 2011), ou ainda o pensamento de Arthur Ramos como um precursor dos Estudos da Infância no Brasil (FRANCCHINI & RODRIGUES, 2019; COSTA JÚNIOR, 2023).

Durante a redemocratização dos anos 1980-90 emergiram outros estudos, inclusive vinculados aos novos movimentos sociais que se constituíam em favor dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Era o momento posterior à Reforma Universitária de 1968 e a estruturação do atual sistema nacional de pós-graduação criado em 1971, o que propiciou o desenvolvimento de novas pesquisas nos campos da História, Educação e Ciências Sociais. A historiadora Denise Rollemberg (1994) organizou a coletânea *Que história é essa? Novos Temas e Novos Problemas em História*. Entre os sete textos que ali figuram pode-se ler *Criança x Menor: a origem de dois mitos da política brasileira*, escrito por André Ricardo Pereira (1994) a partir de sua dissertação de mestrado em História na Universidade Federal Fluminense (UFF). Ancorado no materialismo histórico-dialético, ele analisa essa distinção entre a criança e o menor e as primeiras medidas tomadas pelo Estado sobre a delinquência, a exemplo da Casa de Detenção do Rio de Janeiro (1850), o Instituto de Proteção e Assistência à Infância criado em 1899 e o Código Civil de 1916. Focaliza a estrutura estatal, deixando claro como a Conferência Nacional de Proteção à Infância (1933) foi um espaço de tensão entre a imagem da criança e do menor.

Afirma que "médicos, juristas e representantes de organizações privadas assistencialistas tomaram parte do evento. Durante sua realização, dois tipos de polarizações se cristalizaram. De um lado, a tradicional divisão de juristas e médicos, entre a figura do menor e a da criança. Em segundo lugar, um embate entre os próprios médicos ou, mais especificamente, entre a burocracia federal e os representantes estaduais" (PEREIRA, 1994, p. 104) sobre a definição ou não de um órgão nacional centralizador das políticas para a infância. Lendo a criação dos dois "mitos" como resultado do processo de exploração de trabalho, entende que criança, menor e adolescente constituem "um todo". Entretanto, soa problemática a redução de categorias tão distintas e provenientes de teorizações e problematizações tão diversas a um "todo" que o autor não deixa muito claro em termos conceituais. Se as relações econômicas e de trabalho foram importantes nas tensões que balizaram a invenção do menor, seria preciso que a historiografia demonstrasse, posteriormente, como fatores de ordens variadas se combinaram, não "necessariamente" nem "convergentemente", para a constituição de uma totalidade dialética que o explicaria.

Ainda nos anos 1990, a historiadora Mary Del Priore (1996) organizou e publicou a coletânea *História da Criança no Brasil* que apresenta uma pluralidade de abordagens sobre a história da infância do período colonial à atualidade.[11] Dois textos focam a questão do menor abandonado e delinquente. Fernando Torres Londoño (1996) discute a emergência do conceito *menor* no discurso jurídico brasileiro, processo ocorrido entre a década de 1890 e o início do século XX, culminando com a construção do Código de Menores em 1927, primeira legislação a tematizar a criança no âmbito das políticas de Estado. O levantamento bibliográfico realizado pelo autor no acervo da Faculdade de Direito da USP tinha como objetivo mapear o termo criança e, ao longo da investigação, foi percebido que "[...] a partir do fim do século XIX e começo do século XX a palavra *menor* aparecia frequentemente no vocabulário jurídico brasileiro. Antes dessa época o uso da palavra não era tão comum e tinha significado restrito" (LONDOÑO, 1996, p. 129). Emergia uma nova

[11] Nos anos 2000 uma nova edição da obra trouxe o título no plural e novos autores e temas, entre os quais vale destacar o retorno do assunto "menoridade" no texto de Marco Antônio Santos e Edson Passetti com um capítulo com abordagem semelhante ao da década de 1990, cf. Del Priore (2007).

nomenclatura no vocabulário jurídico. Até o século XIX, a palavra *menor* como sinônimo de criança, adolescente ou jovem era usada para demarcar limites etários que tinham como resultado impedir as pessoas de obterem sua emancipação paterna, não podendo com isso assumir responsabilidades civis ou canônicas, isto é, no período colonial a palavra *menor* aparecia sempre relacionada à idade (LONDOÑO, 1996, p. 129). Depois da proclamação da República em 1889, os termos *menor* e menoridade foram usados na definição da idade a partir da qual os indivíduos seriam responsáveis penalmente por seus atos. Entre o fim do século XIX e o começo do XX, Londoño localiza que "*menor* deixou de ser uma palavra associada à idade, quando se queria definir a responsabilidade de um indivíduo perante a lei, para designar principalmente as crianças pobres abandonadas ou que incorriam em delitos" (LONDOÑO, 1996, p. 142, grifos no original). Por sua vez, o sociólogo Edson Passetti (1996) redige outro capítulo para tratar o *menor* como categoria histórica e traçar os limites e avanços dos direitos da criança. Analisa a política de bem-estar do *menor* que passou a ser implementada no Brasil em 1964. Diferentemente de Londoño, não visa a localização da emergência do conceito, mas a produção de políticas públicas sob a égide da Escola Superior de Guerra (ESG).

Passetti publicou o livro *O que é menor* (1999). Ali mapeia-se a construção do *menor* como sujeito sob três aspectos da relação entre o Estado, a família e a escola: *a)* as limitações de ideias generalizantes que constroem condições diferentes para as pessoas com base em critérios etários, problematizando como tanto na família, quanto na escola ou no trabalho a distinção feita entre *menor* e adultos é mera formalidade; *b)* aborda a "fábula do delinquente", tendo como principal objetivo pensar a construção da categoria *menor*, embora não localize isso em termos temporais e espaciais; *c)* reflete sobre as formas de resistência dos jovens ao sistema capitalista na segunda metade do século XX, indicando como o corpo, a arte e a emancipação do gênero feminino passaram a ser bandeiras de luta de uma juventude até então vista como conformada aos *status quo*. Disto percebe-se como a análise das políticas vem tendo espaço há muito tempo na historiografia da infância. Neste sentido, Maria Auxiliadora Schmidt (1997) focalizou as políticas educacionais em sua tese *Infância: sol do mundo – a Primeira Conferência Nacional de*

Educação e a construção da infância brasileira, Curitiba 1927, inserindo-se no debate sobre a relação infância, educação e higienismo.

Cabe lembrar que eugenismo e sanitarismo ganharam espaço a partir da primeira metade do século XIX, gerando mudanças na vida pública e privada e criando a oposição entre uma "casa higiênica" e a "anti-higiênica", repercutindo posteriormente no próprio Código de 1927. Como bem analisa Jurandir Freire Costa (1983), a inserção do médico no espaço doméstico a partir de fins do século XVIII transformou tal estrutura familiar ao redistribuir e inventar novas funções, afastando deste cenário a ama de leite e instruindo a esposa para o aleitamento compulsório. A família foi colonizada pelo saber médico, mas isso não significa dizer que não houve resistências a esse tipo de saber com pretensão científica e moral sobre alguns grupos sociais. Portanto, eugenismo, higienismo e sanitarismo foram práticas que excluíram parcelas da população e se ancoraram na estrutura socioeconômica e racial do país para impor limitações às crianças pobres, escravizadas e deficientes, como mostra Lília Ferreira Lobo em *Os infames da história*, operando com as ferramentas foucaultianas para descrever as práticas de normalização e constituição dos polos normal e anormal no país.

Em outra chave analítica, Marcos Cézar de Freitas (2016) montou a coletânea *História Social da Infância no Brasil* em 1996, aglutinando pesquisadores da História e Ciências Sociais como Mariza Corrêa e Irene Rizzini para abordar aspectos diferenciados da história do Brasil. Foi Mariza Corrêa quem tratou da problemática da menoridade a partir do texto sobre a cidade de menores e as estratégias de disciplina e controle dessa parcela da população que foi criminalizada em SP. Posteriormente, no início dos anos 2000, este autor organizou com o historiador da educação Moysés Kuhlmann Júnior a coletânea *Os Intelectuais na História da Infância*. Foram reunidos especialistas em história da educação, América Latina e outras áreas para dar a ler aspectos do pensamento pedagógico e social de autores do Brasil e Portugal em perspectiva comparada. Em outro enfoque proveniente de um projeto editorial voltado para a história da educação emergiu a coletânea *Para a compreensão histórica da infância*, de Alberto Lopes, Luciano Mendes de Faria Filho e Rogério Fernandes (2007). Investiu-se na análise dos trânsitos intelectuais e inovações documentais em estudos sobre a infância no Brasil, Portugal e França com

múltiplas fontes da cultura escrita. Por sua vez, em *História do Corpo no Brasil*, organizado por Mary Del Priore e Márcia Amantino (2011), o texto de Maurício Parada fez uma análise da ditadura do Estado Novo a partir da interface entre o corpo infantil e o corpo nacional, traçando o conjunto das políticas públicas, a lógica econômica e a função social relacionadas à criança. Trata-se de abordagem semelhante à empregada por Olga Brites (1999) Olga Brites (1999) ao historicizar as políticas públicas ligadas à constituição do corpo infantil no mesmo período por meio da imprensa. A autora contrapõe as imagens de infância ligadas à pureza e inocência com aquelas tidas como demoníacas e direcionadas aos *menores* abandonados delinquentes, vistos como transtorno para o progresso da nação.

Alguns trabalhos debruçaram-se sobre o discurso jurídico que tratou da menoridade. Inicialmente, o estudo de Josiane Petry (1988) parte do próprio campo do Direito para analisar os diferentes significados para o termo "menor", dependendo do tipo de legislação civil, penal, laboral e menorista. Por sua vez, abordando o discurso jurídico a partir da Sociologia Histórica, Marcos César Alvarez (1989) problematizou as condições de emergência do Código de Menores de 1927 na rede de intelectuais e instituições do início do século XX. Proveniente do campo da História, Eleonora de Brito (2007) mobilizou um arquivo judicial com processos das décadas de 1960-1990, no contexto de Brasília, para problematizar as regras, procedimentos e práticas por meio das quais o campo jurídico normatizou a justiça com enfoque em meninas "caracterizadas" ou "consideradas" delinquentes ou em situação de abandono. Assim, estudou a institucionalização das meninas praticantes de atos infracionais. Todavia, enquanto Petry (1988) e Alvarez (1989) focalizaram os aspectos jurídicos sobre a menoridade e Brito (2007) tematizou a relação entre gênero e justiça, a historiadora Sônia Camara (2010) estudou o cotidiano da infância menorizada no contexto carioca, discutindo os projetos que a Primeira República dedicou a este tema e como a polícia participou disso, articulando a legislação e a imprensa.

A abordagem institucional esteve presente em Irma Rizzini (2011) ao discutir a marginalização do *menor transviado* e destacar as mudanças nas políticas de repressão, desde o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), criado em 1941, até a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), criada

em 1964, e que foi descentralizada por meio das Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (Febems) a partir da década de 1970. Também com enfoque na Febem e interessado nas vivências de menores institucionalizados, Gutemberg Rodrigues (2001) discute "o problema das crianças e adolescentes cujas histórias de vida estiveram mergulhadas no silêncio, na violência, na arrogância, assim como na discriminação". Trabalha com os pronunciamentos de Mário Altenfelder (primeiro presidente da Funabem) e articula periódicos como a revista *Brasil Jovem*, legislação, boletins, autos de prisão e prontuários dos internos de diferentes Unidades de Triagem (UT), caracterizando as distintas violações.

Pode-se ver como desde os anos 1990 com mais intensidade há um investimento editorial e acadêmico na temática história da infância, sendo sintomático disso a organização do dossiê *Infâncias e Adolescências* em 1999 pela Revista Brasileira de História, da Associação Nacional de História (ANPUH), sob a coordenação de Esmeralda Moura. Composto por sete artigos, os temas menoridade/delinquência/abandono deram o tom para a publicação em textos do sueco Sandin Bengt e do estadunidense James Wadsworth, além dos autores nacionais Judith Trindade, Alessandra Schueler, Ailton Morelli, Marina Ertzogue e a própria organizadora. Posteriormente, em 2002 foi publicada a coletânea *Historiografia Brasileira em Debate: "olhares, recortes e tendências"*, organizada por Eni de Mesquita Samara com textos apresentados no *Seminário Brasil 500 anos: Historiografia Brasileira em Debate*, realizado nos dias 19 e 20 de maio de 1999 no âmbito do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL-USP). Foram articulados cinco temas: historiografia, criança, população, família e mulheres. Esmeralda Moura (2002) discutiu as características da história da criança constituída em região de fronteira com a história das mulheres, da população e da família e lida a partir das variáveis de gênero, raça e classe nas últimas três décadas. Resenha os outros dois textos presentes nesta parte do livro, nos quais Anna Gicelle García Alaniz trata da pequena Cândida, a história de uma criança escravizada que luta por sua liberdade no período próximo à Abolição, e Suzana Pasqua com um estudo sobre a mortalidade infantil na cidade de São Paulo no início do século XX, proveniente de pesquisa demográfica.

Operando também no campo da demografia histórica, o livro *História Social da Criança Abandonada*, de Maria Luiza Marcílio (2006), cuja primeira edição é de 1998, apresenta um panorama sobre a história do abandono de crianças no Ocidente, da Antiguidade à contemporaneidade. Mostra as mudanças históricas nas formas de abandonar crianças no mundo antigo, a invenção das rodas dos enjeitados na Idade Média e as especificidades desse fenômeno no Brasil até o século XX. Avalia a redução dos índices de abandono e suas conotações sociais. Ao discutir em uma perspectiva comparativa, caracteriza o século XIX como o "século do menor abandonado em Portugal" e como as Cortes de 1820 elaboraram a Constituição de 1822 em que a criança exposta ganhou *status* de cidadã portuguesa, o que levou a uma série de reconfigurações políticas e institucionais. Ainda na chave comparativa Brasil-Portugal, a coletânea *Uma história social do abandono de crianças. De Portugal ao Brasil – séculos XVIII ao XX*, de Renato Pinto Venâncio, traz o texto de Sílvia Arend (2010) discutindo a transformação do conceito de exposto para o de menor abandonado entre fins do século XIX e começo do XX. Esclarece que na legislação do Império não havia uma definição jurídica para o termo exposto, o que só ocorre com o Código de Menores de 1927, que englobou nessa categoria os infantes abandonados com até sete anos de idade. Foi no âmbito dessas transformações que se tornou necessário precisar a diferença entre exposto e menor abandonado. A autora usa fontes como dicionários lusos e brasileiros, o primeiro Código Civil de 1916, a lei dos municípios de 1828, o Código Criminal do Império de 1830 e a Constituição de 1891. Tanto este texto como seu estudo sobre a história dos menores abandonados (cf. AREND, 2005) focando na circulação de filhos de trabalhadores urbanos e na inserção deles no programa de colocação familiar nos anos 1930 em Florianópolis, são contribuições relevantes para entender a constituição do problema do menor em termos históricos. Em sua tese, Arend (2005) analisou como a noção de *menor* abandonado foi criada também por meio do envio desses infantes para a casa de guardiões, onde foram usados no trabalho doméstico. É um estudo situado no campo da História Cultural, mobilizando a conceituação do historiador francês Roger Chartier acerca das representações sociais e seu aparato teórico-metodológico para ler as práticas e representações que

constituíram formas de vida e redes de sociabilidade para as crianças em situação de abandono no período.

O estudo foi realizado no doutorado em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e orientado por Sandra Jatahy Pesavento, imiscuindo-se em uma nova leva de debates e questões postas à historiografia dos anos 1990 e 2000. Pesavento foi uma das historiadoras que mais se destacou na constituição do campo da História Cultural no Brasil a partir do intercâmbio que protagonizou e alimentou em termos institucionais entre a UFRGS e a École des Hautes Études em Sciences Sociales de Paris. Pode-se ler nas páginas de Sílvia Arend acerca do cotidiano na cidade de Florianópolis a mobilização do referencial da História Cultural e seu interesse em pensar os imaginários, os diferentes ritmos da urbe e as formas de socialização lidas com mais rigor e cuidado metodológico a partir do intensivo debate com antropólogos e sociólogos como Marcel Mauss e Pierre Bourdieu. Isto expressa-se na compreensão de Arend (2005) sobre a adoção e a circulação de crianças pobres por parentes e desconhecidos como uma relação de troca simbólica. Tal traço aproxima a sua abordagem daquela praticada pela antropóloga Cláudia Fonseca (2006) ao problematizar a circulação de crianças e analisar as redes de ajuda mútua que acolheram os filhos de mulheres pobres que confiaram sua prole aos cuidados de conhecidos. Ela articula essa rede de sociabilidade com as leis que regem a adoção de crianças no cenário internacional e no Brasil do tempo presente, permitindo pensar continuidades e permanências nas formas de abandono e acolhimento das crianças (cf. AREND, 2011). Ambos os estudos focalizam os aspectos culturais que tornaram possíveis tais compreensões e relações com os menores marginalizados.

Da área da Antropologia Histórica é o estudo de Adriana de Resende Vianna (1999) sobre as práticas cotidianas da polícia do Rio de Janeiro nas décadas de 1910 e 1920 que incidiram na constituição do menor como um personagem social. Ao focalizar a ação policial, registros de ocorrência e dispositivos jurídicos, a autora ajuda a entender a construção do menor e as repercussões desse processo na definição do Código de Menores e na malha institucional voltada ao tema. Também partindo da legislação menorista do começo do século XX, Mozart Vergetti de Menezes (1999) discute a representação jurídica da criança pobre e articula a lei com obras de intelectuais

brasileiros como Tito Rosas e Barreto Campelo, mostrando a influência e recepção de cientistas como Cesare Lombroso no pensamento político e social.

Esse esforço de pesquisa para mapear fontes sobre a infância ainda na Primeira República (1889-1930) também foi empreendido pela historiadora Judite Trindade (1998), do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Ela analisou o menor abandonado como uma construção social que apareceu durante a Primeira República em Curitiba. Mobilizou documentação do Asilo São Luiz e do Juizado de Menores para pensar a construção jurídica e social dessa personagem no espaço urbano. Embora o conceito de menor no século XIX não tenha sido definido apenas em termos etários, como destacou Fernando Londoño (1996), outras pesquisas vieram recobrir demais aspectos disso. Foi o caso do trabalho de Vinícius Bandera (2015), proveniente da Sociologia Política na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O autor deslindou a densa relação entre as ideologias políticas do liberalismo e do cientificismo da segunda metade do século XX e sua ingerência sobre a questão dos menores abandonados no contexto carioca. Estudou o processo contraditório de fortalecimento do capitalismo no Brasil por meio da competição paradigmática do cientificismo e do liberalismo econômico. Fez um levantamento da legislação oitocentista, vinculando-a ao processo de "modernização conservadora" e mostrando como esse grupo vulnerável foi tema de definição científica e de práticas econômicas diretamente relacionadas ao escopo jurídico.

Por sua vez, ao analisar o estatuto do jovem "sob o signo do perigo" ao longo do século XX, Rosana Botelho (2000) mapeia uma série de transformações na percepção social sobre a juventude. Enfatiza que a partir dos anos 1960 houve uma mudança de foco na abordagem a respeito do problema do menor abandonado e delinquente. A partir dali o tema seria enfocado de uma maneira menos alarmista, mas colocado como questão econômica estratégica para propor alternativas ao desenvolvimento do país. A autora ressalta a diferença entre crescimento (que diria respeito ao aumento do Produto Interno Bruto – PIB, sem a eliminação dos problemas sociais) e desenvolvimento (que pressuporia um conjunto de etapas sucessivas em direção determinada, sendo tal processo conduzido pelas elites e tendo uma perspectiva integral da sociedade, não considerada apenas em termos econômicos, mas dentro de uma

racionalidade técnica que favorecia uma visão integral do desenvolvimento). No que se refere às formulações sobre o problema do menor como questão nacional, Botelho indica que eventos como o II Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente, realizado em Londres em 1960, demarcou um tom menos alarmista sobre o assunto.

Uma série de conferências e congressos internacionais teria incidência sobre o contexto brasileiro e latino-americano, quando se tornou recorrente a referência a "planos de desenvolvimento". O Instituto Interamericano da Criança (IIC) divulgou em seus congressos e boletins a temática do abandono infantil em articulação direta com a delinquência. Uma mudança nesse discurso se refere ao fato de que "ao final dos anos 50 e no transcorrer da década de 60 as abordagens relativas à criminalidade juvenil veiculadas no Boletim do IIC concentravam as soluções já institucionalizadas (os tribunais e a legislação específica para menores), com a inserção de programas de bem-estar infantojuvenil nas estratégias de planejamento" (BOTELHO, 2000, p. 112), produzidos a partir de teses defendidas na Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Nesse período, as políticas que pretendiam favorecer o desenvolvimento ocasionaram deslocamentos no sentido de "perigo" atribuído ao jovem, pois a perspectiva de desenvolvimento nacional, com a qual o tema do menor e do jovem foi cada vez mais articulado, se tornou um modo de o Estado exercer controle sobre as "novas formas de delinquência", tais como: "bandos juvenis, infrações gratuitas, atos de vandalismo, brincadeiras ao volante" (BOTELHO, 2000, p. 109). Mas outra transformação também analisada pela autora se refere a que em razão dos acontecimentos de *Maio de 1968*, passou-se a mobilizar a juventude para as "tarefas do desenvolvimento". Acreditava-se que os jovens deveriam contribuir na manutenção da ordem. Isso adquiriu "a função estratégica de antecipar-se ao engajamento juvenil na oposição ao regime, canalizando suas energias na 'prevenção na marginalização do menor'" (BOTELHO, 2000, p. 125).

Neste foco de abordagem sobre como o Estado lida com as infâncias e juventudes, os estudos de Daniel Alves Boeira contribuem para a historicização das políticas públicas. Ele estudou a infância na Primeira República (1889-1930), focalizando as condições de inserção e socialização dos menores no patronato agrícola em Anitápolis/SC (BOEIRA, 2012), o que permite

compreender a pedagogia do trabalho como forma de correção de sujeitos socialmente "desviados". Essa análise histórica dá ferramentas para entender como desde a Primeira República o tema da menoridade passou a transitar entre a esfera jurídica – conforme vimos com Petry (1988), Alvarez (1989) e Vianna (1999) –, sendo o menor tratado aí como um caso de polícia. Todavia, o estudo dá conta de olhar com mais atenção sobre como o menor também foi tratado na agenda econômica e social, tendo em vista a sua inserção laboral. Isso permite desdobrar alguns aspectos vistos nos estudos de Moura (1977) e Rago (1985). Esta tarefa da inserção laboral coube ao Ministério da Agricultura e Comércio, mas os investimentos discursivos e sociais sobre o tema do menor como futuro trabalhador foram realizados por diversas empresas e organizações sociais paraestatais a partir das primeiras décadas do século XX, como se pode ler em outros estudos (BRITES, 1999; COSTA JÚNIOR, 2017). Posteriormente, o autor estudou a "CPI do Menor", a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) ocorrida entre 1975 e 1976 na Câmara dos Deputados, em Brasília (DF). Utilizou fontes como o Projeto de Resolução nº 81 (1976), a Resolução nº 21 (1976) e a obra "A Realidade Brasileira do Menor", isto é, a sistematização dos dados relatados e discutidos na CPI, além de outros documentos lidos a partir do referencial de uma História do Tempo Presente (BOEIRA, 2018). Boeira analisa os diferentes debates, tensões e propostas que atravessaram aquelas sessões das quais resultou uma série de propostas de políticas públicas que nunca foram consideradas pelo poder executivo federal. Tais propostas visavam romper com as heranças do SAM que estavam presentes na Funabem e nas Febems.

Portanto, a CPI do Menor consistiu em um espaço importante para tensionar narrativas e demonstrar as fragilidades no processo de definição da agenda pública em um momento ainda marcado pelo autoritarismo da ditadura, apesar do processo de distensão política iniciada no governo Geisel (1974-1979). Assim, pode-se ver como parte da historiografia da infância mais recente tem se inserido nos debates renovadores sobre a Ditadura Militar no Brasil ou Ditadura Civil Militar, Ditadura de Segurança Nacional, Ditadura Empresarial-Militar, Regime Militar etc.), pois se trata de uma terminologia disputada à beça na comunidade historiográfica e com de significações políticas e epistemológicas singulares (cf. FICO, 2017). Exemplo dessa renovação se lê na coletânea *História das Crianças no Brasil Meridional*, de José Carlos da Silva Cardozo *et*

al (2016). Nesta, há o texto de Enrique Serra Padrós com uma leitura da relação entre a ditadura militar e a menoridade. Discute sobre os menores tratados como questão de segurança nacional e as ações truculentas e de perseguição empreendidas pelos militares. Em seu conjunto, a coletânea busca mapear temáticas da infância desde o período colonial ao tempo presente e neste movimento a problemática da criança abandonada ou em conflito com a lei ganha espaço nos textos de Ana Paula Zanella sobre a justiça e os delitos juvenis e no texto de José Carlos da Silva Cardozo sobre o Juízo de Órfãos de Porto Alegre.

Desse recorte geográfico do país provém o estudo de Franciele Becher (2012) sobre a relação entre a menoridade e as políticas públicas em Caxias do Sul (RS) entre as décadas de 1960 e 1990. Apresenta particularidades locais sobre como se deu a relação política entre filantropia privada, políticas públicas, desenvolvimentismo e exclusão social de jovens em situação de marginalidade social. Por sua vez, da historiografia produzida em Pernambuco, Humberto da Silva Miranda estudou as ações e processos que motivaram a prisão de crianças na Casa de Detenção do Recife e as formas pelas quais a cidade efetivou o Código de Menores de 1927. Constrói uma história do cotidiano dos menores e analisa suas vivências, fugas e disputas com o aparelho policial por meio de fotografias, periódicos, livros de entrada/saída e prontuários (MIRANDA, 2008). Posteriormente, o autor narrou as histórias de vida de três crianças internadas na Febem/PE, construindo as suas histórias de vida com os recursos teórico-metodológicos da História Oral (MIRANDA, 2014). Também da historiografia pernambucana destaca-se o estudo de Vera Lúcia Braga de Moura narra as medidas assistenciais adotadas em Pernambuco antes do Código de Menores de 1927. Ela contribui para perceber as interferências e jogos de poder que não estiveram diretamente articulados pelo discurso jurídico e pelas instituições estatais, mas operaram a partir da produção intelectual no início do século XX.

Em uma perspectiva que cruza análise institucional e os impressos, Camila Serafim Daminelli estudou como as vidas das crianças estigmatizadas pela categoria da menoridade foram tuteladas pelos dispositivos do Código de Menores de 1979 em Florianópolis, mobilizando o periódico *O Estado* (DAMINELLI, 2013). Posteriormente, focalizou a história da Funabem por meio

da revista *Brasil Jovem*. O periódico foi criado em 1966 e circulou até 1978, sendo editado pelo Setor de Relações Públicas da Funabem. Daminelli (2019) analisou a revista como parte da propaganda que a instituição produzia sobre si mesma, mas sua interpretação propõe um modelo de temporalidade constitutiva da experiência de publicação da revista. Como proposição heurística, descreveu um primeiro momento em que as múltiplas imagens e textualidades indiciariam uma "Funabem-promessa". Verifica-se aí a vontade de produção de uma diferença institucional da Funabem em relação ao SAM entre 1964 e 1979. A segunda parte da proposição se refere à "Funabem-estigma" que, por sua vez, não se constituiu como desmonte da promessa, mas que emergiu quando a entidade foi "questionada, desacreditada" (DAMINELLI, 2019, p. 275). Denúncias passaram a circular pela imprensa e cada vez mais foi reduzida a diferença tão alardeada entre o SAM e a Funabem, gerando um crescente descrédito público à entidade.

Deste modo, se em Daminelli houve o investimento no estudo de periódicos, outros autores investiram no audiovisual como fonte. Em *A História Vai ao Cinema* consta o texto *Pixote: a infância brutalizada*, de André Luiz Vieira de Campos. Analisa-se o filme *Pixote: a lei do mais fraco* (1980), de Héctor Babenco, descrevendo a tensão entre realidade e ficção e o tom de denúncia entre o filme e o livro que o inspirou, *Infância dos Mortos* (1977), de José Louzeiro. Por sua vez, *Histórias da Infância* (2015) é uma compilação de Adriano Pedrosa com a participação de autores como Lília Schwarcz. Foram pinçados aspectos da história e memória das infâncias e crianças a partir das artes plásticas do acervo do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP). Da própria capa vê-se as clivagens entre a criança aristocrática e a criança pobre, sendo marcadas em termos raciais, paisagísticos e corporais.

Interessada também nas clivagens e intersecções está a minha tese de doutorado (COSTA JÚNIOR 2021). Estudei o dispositivo da menoridade, isto é, a rede de saberes e poderes que constituiu o conceito-imagem do menor infrator, sendo tal invenção social e política mediada por intersecções de raça, classe, idade/geração, gênero e sexualidade. Operando na chave foucaultiana problematizei: como e em que condições de possibilidade tornou-se possível a invenção do menor infrator, cujo estatuto de sujeito foi definido conceitual e imageticamente na sociedade brasileira a partir da diferenciação com a imagem

e o lugar da criança? Dessa maneira construí uma análise em um longo recorte cronológico recobrindo desde cenas do último quartel do século XIX ao desfile da Estação Primeira de Mangueira no Carnaval carioca em fevereiro de 2020. Analisei os diversos modos de resistir ao dispositivo da menoridade, fosse por meio de resistências micropolíticas como a escrita autobiográfica de Anderson Herzer e Paulo Collen ou das rebeliões no interior da Febem/SP. Em um nível macropolítico outras estratégias contribuíram para desfazer tal invenção, tais como o Movimento em Defesa do Menor e a Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que, em 1987, teve como lema "Quem acolhe o menor, a mim acolhe". Portanto, o estudo buscou contribuir a partir de uma abordagem diferenciada para que se entenda a rede que tornou possível a emergência de uma certa diferença, observando o sujeito – neste caso, o menor infrator – como lugar vazio, ocasião linguística e posição a ser ocupada por determinados indivíduos por meio de práticas de sujeição. E o estudo sobre tais práticas seguem ocorrendo, sendo um dos exemplos mais recentes a contribuição de Rogéria Isobe e Betânia Ribeiro (2022) sobre as formas educativas e laborais para a criança menorizada em Uberada, no Triângulo Mineiro, bastante próxima da abordagem de Boeira (2012).

Entretanto, se este texto pôs em questão a historiografia da infância a fim de pensar que infância está em questão, não poderia ser encerrado sem mencionar o estudo de Norberto Kuhn Júnior e Bábara Birk de Mello (2021). O artigo *A noção de infância e adolescência: inflexões decoloniais sobre os direitos de crianças e adolescentes na América Latina* está inserido no dossiê *História e Direitos da Criança e do Adolescente na América Latina*, organizado por Humberto da Silva Miranda e José Carlos da Silva Cardozo,publicado na Revista Brasileira de História e Ciências Sociais em 2020. Trata-se de uma produção que dialoga com as questões propostas tanto na primeira seção deste texto – quando discutimos teoricamente a infância –, como se insere no que a segunda seção propôs sobre a historiografia latino-americana. Os autores têm o objetivo de "iniciar o 'giro decolonial' acerca das infâncias e adolescências latino-americanas" (KUHN JÚNIOR & MELLO, 2021, p. 285). Partem da teorização do sociólogo peruano Aníbal Quijano sobre a colonialidade do poder para analisar como a noção de infância que nos foi legada pelos europeus está

inserida em um projeto colonizador em termos não somente econômicos e políticos, mas epistemológicos e de gênero.

Sem dúvida alguma o texto contribui para os estudos decoloniais sobre a infância. No entanto, por ser uma discussão que abre caminhos investigativos também afirma algo que merece nosso alerta. Os autores se valem de uma frase proferida por Gabriel García Marquez ao receber o Prêmio Nobel de Literatura em 1982, que diz o seguinte: "a interpretação de nossa realidade com esquemas alheios só contribui para fazer-nos cada vez mais desconhecidos, cada vez menos livres, cada vez mais solitários" (MARQUEZ apud KUHN JÚNIOR & MELLO, 2021, p. 298). Em termos políticos e epistemológicos a frase tem um potencial revelador. Mas, considerando a discussão proposta, acredito ser relevante observar duas coisas: *a)* evitar uma esquematização e simplificação prosaica que atribua única e exclusivamente ao "giro decolonial" toda a gestação de novidades sobre o tema da infância e juventude, como se a produção anterior não dissesse algo relevante e pudesse ser, inclusive, desdobrada em novas direções; *b)* evitar o divisionismo entre a tradição marcadamente europeia que nos formou e o "giro decolonial", sob o risco de se "jogar a criança fora com a água do banho", para usar uma expressão clichê. Esta racionalidade divisionista acaba homogeneizando a dita "tradição europeia", não reconhecendo os "furos", as "linhas de fuga" e as contradições que lhe constituem. Furos, inclusive, que contribuíram para a emergência de uma mirada pós-colonial e decolonial sobre a História e a Filosofia nos anos 1960. Com isto quero dizer três coisas: *a)* a renovação historiográfica dos estudos sobre a infância a partir de uma mirada decolonial não pode prescindir de uma visão crítica da noção de "teoria" como a capacidade de ver o mundo, interpretá-lo e criticar seus aspectos constitutivos, reconhecendo as condições de produção desse olhar sem torná-lo "comum" e "igual" a um bloco homogêneo (os europeus, os colonizadores, os....); *b)* essa historiografia deve livrar-se da ideia de aplicabilidade de uma teoria, seja de qual matriz for, reconhecendo seu aspecto inventivo e multiplicador; *c)* cultivar uma atitude antropofágica, no sentido que os modernistas brasileiros conferiram a este termo. Tal gesto indica não ser preciso prescindir do diálogo com a tradição europeia, pois saberão deglutir as ferramentas que lhe forem úteis à constituição da diferença que almejam e que ao mesmo lhes constitui na

geografia do saber e na topografia do poder que entre solavancos e sobressaltos rege a órbita dessa parte do mundo.

Considerações finais

Depois desse percurso, almeja-se ter ficado clara a necessidade de uma agenda no campo da História da Historiografia Brasileira no século XX que problematize os elementos epistemológicos e institucionais que constituem a historiografia da infância. Contudo, vale esclarecer dois termos que não têm apenas um efeito retórico nesta abordagem.

Qual o fantasma? A historiografia não está ilesa de reproduzir entendimentos e conceitos que socialmente circulam sobre as infâncias e as crianças. O uso terminológico no plural já indica alguns traços da forma como este objeto vem sendo redefinido. O sobrevoo que este texto fez sobre a infância na historiografia visou contribuir para que se estranhe essa visão hegemônica da infância com sua matriz europeia, ocidental, branca, masculina, heterossexual e cisgênera como a inauguradora de uma espécie de fantasma, se por isto entendermos uma imagem mais ou menos fixa que quis reduzir a multiplicidade das infâncias e crianças a um modelo em negativo definido assim: a criança é aquela sem voz, embora paradoxalmente esteja situada na espécie que fala,; sua condição é marcada por um vir a ser; a maioridade tornará a menoridade ontológica da infância algo superável. A pluralização do olhar torna possível a abertura da historiografia às múltiplas culturas infantis. Daí a crítica da menoridade como este estigma, essa marca de nascença da própria conceituação da infância.

Para que um trampolim? Se para muitas crianças o ato de saltar, dar um pulo, é seguido de risos e gargalhadas que indicam o prazer de sair do chão e ver tudo a partir de outro ângulo e velocidade, talvez possamos tomar a metáfora do trampolim para pensar a pesquisa e o saber (cf. CORAZZA, 2016). Que tal saltar, sair da arena na qual criamos certos modos de entender e certas formas de lidar com a infância? Dar um salto, olhar para outros registros, construir outros procedimentos metodológicos que tornem possível não somente falar *sobre a* criança, mas *com a* criança, buscando compreender suas culturas e modos de agenciamento. Eis uma demanda historiográfica, mas ético-política. Do

contrário, como ansiar maior participação cidadã desses sujeitos na esfera pública?

Liana Sodré (2007) diz que "muitas pesquisas discorrem sobre as crianças e a infância a partir de olhares de adultos", sendo vistas de fora e tornando-se "alvo de propostas espúrias que refletem mais o imaginário do adulto do que o infantil" (SODRÉ, 2007, p. 141). Embora o ato de fazer a pesquisa científica seja mediada por adultos, o que está em questão são os critérios que isso implica na relação com a "criança/objeto". Torna-se relevante o empenho teórico relacionado às noções de "historiografia" e "infância" para fazer da história da historiografia uma "analítica da historicidade" (ARAÚJO, 2013), indagando: como determinada experiência do tempo cria as condições de inteligibilidade do passado? Sob quais critérios a comunidade historiográfica redimensiona na pesquisa as demandas socioculturais? Que agenciamentos têm sido interpostos entre a historiografia e a formulação/avaliação de políticas públicas? São questões preliminares para uma agenda de pesquisa sobre a história da historiografia da infância no país. Foi na direção dessa agenda que este texto também quis ser um trampolim.

Referências

ABRAMOWICZ, Anete. A pesquisa com crianças em infâncias e a sociologia da infância. In. FARIA, Ana Lúcia Goulart & FINCO, Daniela. **Sociologia da infância no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011, pp. 17-36.

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e História**. Destruição da experiência e origem da história. Tradução: Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ALANEN, Leena. Repensando a infância, com Bourdieu. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 6, n. 11, jul/dez. 2014.

ALVAREZ, Marcos César. **A emergência do Código de Menores de 1927**: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores. 198 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.

ANTONIO, Zoila Santiago. Los niños em la historia. Los enfoques historiográficos de la infancia. **Takwá**, n. 11-12, p. 31-50, 2007.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 12, agosto de 2013, pp. 34-44.

AREND, Sílvia Maria Fávero. De exposto a menor abandonado: uma trajetória jurídico-social. In. VENÂNCIO, Renato Pinto (org.). **Uma história social do**

abandono de crianças. De Portugal ao Brasil – séculos XVIII ao XX. São Paulo: Alameda/Editora PUC Minas, 2010, p. 339-359.

AREND, Sílvia Maria Fávero. **Filhos de criação**: uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930). 447 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

AREND, Sílvia Maria Fávero. **Histórias do Abandono**: infância e justiça no Brasil (década de 1930). Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

AREND, Silvia Maria Fávero; MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de; SOSENSKI, Susana. **Infâncias e Juventudes no século XX**: histórias latino-americanas. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2018.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa & VALLADARES, Lúcia do Prado. Infância e Sociedade no Brasil: uma análise da literatura. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, Rio de Janeiro, n. 26, pp. 3-37, 2º semestre, 1998.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BANDERA, Vinícius. **Ordenação social no Brasil**: liberalismo, cientificismo e "menores abandonados e delinquentes". Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

BECHER, Franciele. **O "perigo moral" em tempos de segurança nacional**: políticas públicas e menoridade em Caxias do Sul – RS (1962-1992). 302 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

BERLAFFA, Miriam Beatriz. La infancia menos pensada. **Erasmus**, ano. XXIII, set. 2021.

BOEIRA, Daniel Alves. **CPI do Menor**: infância, ditadura e políticas públicas (Brasil, 1975-1976). 258 f. Tese (Doutorado em História). Centro de Ciências Humanas e da Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina, 2018.

BOEIRA, Daniel Alves. **Uma "solução" para a menoridade na Primeira República**: o caso do Patronato Agrícola de Anitápolis – SC (1918-1930). 138 fls. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, 2012.

BOTELHO, Rosana Ulhôa. **Sob o signo do perigo**: o estatuto dos jovens no século da criança e do adolescente. 267 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, 2000.

BRITES, Olga. **Imagens da infância – São Paulo e Rio de Janeiro, 1930 a 1950**. 269 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

BRITO, Eleonora Zicari Costa de. **Justiça e gênero**: uma história da Justiça de menores em Brasília (1960-1990). Brasília: Editora Universidade de Brasília; Finatec, 2007.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. Pixote – a infância brutalizada. In. SOARES, Mariza de Carvalho & FERREIRA, Jorge (org.). **A história vai ao cinema**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 111-122.

CAMARA, Sônia. **Sob a guarda da república**: a infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CARDOZO, José Carlos da Silva et al (org.). **História das Crianças no Brasil Meridional**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In. **A escrita da História.** Tradução: Maria de Lourdes Menezes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2000, pp. 65-119.

CORAZZA, Sandra Mara. Base Nacional Comum Curricular: apontamentos crítico-clínicos e um trampolim. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 39, v. esp. 2016.

CORAZZA, Sandra Mara. **História da infância sem fim**. 2ª ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

CORRÊA, Mariza. A cidade de menores: uma utopia dos anos 30. In. FREITAS, Marcos Cezar de. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

CORSARO, William. **Sociologia da Infância**. Tradução: Lia Gabriele Regius Reis. Porto Alegre: Artmed, 2011.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos. **Mal-estar na história da infância**: a invenção do menor infrator no Brasil Contemporâneo. 504 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos. Arthur Ramos e a criança problema: conexões entre a psicanálise e educação nas tecnologias da correção. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 27, fev. 2023.

COSTA JÚNIOR, José dos Santos. Vicente Piragibe e as políticas para a criança: entre uma infância capital e a miséria da nação (Brasil, 1930). **Territórios e Fronteiras** (UFMT. Online), v. 15, p. 137-170, 2022.

DAMINELLI, Camila Serafim. **Uma fundação para o Brasil Jovem**: FUNABEM, menoridade e políticas sociais para a infância e juventude no Brasil (1964-1979). 305 f. Tese (Doutorado em História). Centro de Ciências Humanas e da Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina, 2019.

DAMINELI, Camila Serafim. **Governar, assistir, tolerar**: uma história sobre infância e juventude em Florianópolis através das páginas de "O Estado" (1979-1990). 249 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

DELGADO, Buenaventura. **Historia de la Infancia**. Barcelona: Editorial S.A, 1998.

DEL PRIORE, Mary. **História da criança no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1996.

DEL PRIORE, Mary. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.

DEMAUSE, Lloyd. **The History of Childhood**. New York: Psicohistory, 1974.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, jan./abr. 2017.

FLANDRIN, Jean-Louis. **O Sexo e o Ocidente**. Tradução: Jean Progin. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FONSECA, Cláudia. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. **Cadernos Pagu** [online]. 2006, n. 26, pp. 11-43.

FRANCCHINI, Flávia & RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Criança e infância nas obras de Arthur Ramos: Estudos da Infância no Brasil a partir de produções nacionais da década de 1930. **V Seminário Luso-Brasileiro de Educação Infantil/II Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Infâncias e Educação**. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, de 10 a 13 de dezembro de 2019.

FREITAS, Marcos Cézar de. **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2016.

FREITAS, Marcos Cézar de & KUHLMANN JR, Moysés. **Os Intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Infância e pensamento. In. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In. ARIÈS, Philippe & DUBY, Georges. **História da Vida Privada**: da Renascença ao Século das Luzes. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 305-320.

GOULART, Ana Lúcia de Faria & FINCO, Daniela (org.). **Sociologia da Infância no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

HECKERT, Ana Lúcia Coelho. Por uma infância menor. In. LOBO, Lília Ferreira & FRANCO, Débora Augusto (org.). **Infâncias em devir**: ensaios e pesquisas. Rio de Janeiro: Garamond, 2018, pp. 325-340.

HERRERA, Martha Cecília & PALERMO, Yeimy Cárdenas. Tendencias analíticas em la historiografia de la infancia em la América Latina. **ACHSC**, Colombia, v. 40, n. 2, jul-dic., 2013.

HEYWOOD, Colin. **Uma História da Infância**: da Idade Média à Época Contemporânea. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ISOBE, Rogéria Moreira Rezende & RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. "Menores e vagabundos": o discurso jurídico sobre infância e educação na

imprensa periódica nos primórdios da República. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 22, 2022.

LARROSA, Jorge. O enigma da infância. In: **Pedagogia profana**: danças, piruetas e mascaradas. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 183-198.

LAZAROTTO, Aline; DAMINELLI, Camila Serafim; MACHIESKI, Elisangela da Silva. Dossiê: Infâncias, Direitos e Vulnerabilidades. **Fronteiras**, n. 38, 2021.

LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude. **História dos Jovens**: da Antiguidade à Era Moderna. Volume 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LEVI, Giovanni & SCHMITT, Jean-Claude. **História dos Jovens**: a época contemporânea. Volume 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIONETTI, Lucía; COSSE, Isabela; ZAPIOLA, María Carolina. **La historia de la infancia em América Latina**. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Airres, 2018.

LOBO, Lília Ferreira. **Os infames da história**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito Menor. In. DEL PRIORE, Mary (org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996, pp. 129-145.

LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; FERNANDES, Rogério. **Para a compreensão histórica da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MAUSS, Marcel. Três observações sobre sociologia da infância. **Pro-Posições**, v. 21, n. 3 (63), set./dez. 2010.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. 2ª. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

MAYALL, Berry. The sociology of childhood in relation to children's rights. **The International Journal of Children's Rights**, n. 8, p. 243-259, 2000.

MENEZES, Mozart Vergetti de. Ordem e progresso, delinquência e menoridade. **Saeculum** (UFPB), João Pessoa, v. 3, p. 81-92, 1999.

MIGUEL, Antônio. Infâncias e pós-colonialismo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 128, p. 629-996, jul-set. 2014.

MIRANDA, Humberto da Silva. **Nos tempos das FEBEM's**: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco/1964-1985). 348 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

MIRANDA, Humberto da Silva. **Meninos, moleques, menores...** Faces da infância em Recife (1927-1937). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2008.

MOURA, Esmeralda Blanco B. de. **Mulheres e menores no trabalho industrial**: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital. Petrópolis: Vozes, 1982.

MOURA, Esmeralda Blanco B. de. Dossiê: Infância e Adolescência. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999.

MOURA, Vera Lúcia Braga de. **A invenção da infância**: as políticas públicas para a infância em Pernambuco (1906-1929). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

OLIVEIRA, Ana Rodrigues. **A criança na sociedade medieval portuguesa**. Editorial Teorema: Lisboa, 2007.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de. Sociologia da Infância no Brasil: quais crianças e infâncias têm sido retratadas? **Contemporânea**, v. 8, n. 2, p. 441-468, 2018.

OLIVEIRA, Maria da Glória de & GONTIJO, Rebeca. Sobre a história da historiografia brasileira – um panorama. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, jul./set. 2016.

PADRÓS, Enrique Serra. Crianças, ditadura e inimigo interno: histórias de infâncias roubadas, controladas e perseguidas. In. CARDOZO, José Carlos da Silva et al (org.). **História das Crianças no Brasil Meridional**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.

PARADA, Maurício. Corpos infantil e nacional: políticas públicas para a criança durante o Estado Novo. In. DEL PRIORE, Mary & AMANTINO, Márcia (org.). **História do Corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

PASSETTI, Edson. O Menor no Brasil Republicano. In. DEL PRIORE, Mary (org.). **História da criança no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1996, pp. 146-175.

PASSETTI, Edson. **O que é menor**. 3ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

PEDROSA, Adriano. **Histórias das Infâncias**. São Paulo: Editora MASP, 2015.

PEREIRA, André Ricardo. Criança x Menor: a origem de dois mitos da política brasileira. In. ROLLEMBERG, Denise (org.). **Que história é essa? Novos Temas e Novos Problemas em História**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 104-105.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PETRY, Josiane Rose. **O problema do menor**: uma abordagem jurídico-política. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, 1988.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 2011.

PRADO, Renata Lopes Costa & VOLTARELLI, Monique Aparecida. Estudos sociais da infância: discutindo a constituição de um campo a luz de Bourdieu. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 12, n. 1, jan./abr. 2018.

RAGO, Luzia Margareth. A preservação da infância. In. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar – Brasil (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Foucault para historiadores. **Resgate**, Campinas, 1993, pp. 22-32.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social**, São Paulo, 1995, pp. 67-82.

REDONDO, Patrícia. Infancia (s) latino-americana (s), entre lo social y lo educativo. **Espacios em Blanco**, n. 25, jun. 2015.

REIS, Magali dos & GOMES, Lisandra Ogg. **Infância**: sociologia e sociedade. São Paulo: Edição Levana/Attar Editorial, 2015.

RIPE, Fernando. **História da Infância**: a constituição do sujeito infantil na cultura impressa portuguesa do século XVIII. Caxias do Sul, RS: Educs, 2022.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido**: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados. In. RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco. (orgs.) **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 225-286.

RODRIGUES, Gutemberg Alexandrino. **Os filhos do mundo**: a face oculta da menoridade (1964-1985). São Paulo: IBCCRIM, 2001.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Historiografia Brasileira em Debate**: "olhares, recortes e tendências". São Paulo: Humanitas, 2002.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In. PINTO, Manuel & SARMENTO, Manuel Jacinto (org.). **As crianças**: contextos e identidades. Centro de Estudos da Criança/Tilgráfica: Portugal, 1997.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da Infância: correntes e confluências. In. SARMENTO, Manuel Jacinto & GOUVEA, Maria Cristina Soares (org.). **Estudos da Infância**: educação e práticas sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora dos Santos. **Infância: sol do mundo – a Primeira Conferência Nacional de Educação e a construção da infância brasileira. Curitiba, 1927**. 231 f. Tese (Doutorado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná, 1997.

SODRÉ, Liana Gonçalves Pontes. A participação das crianças de movimentos sociais em projetos educacionais: um estudo de caso. In. VASCONCELOS, Vera Lúcia Ramos de & SARMENTO, Manuel Jacinto (org.). **Infância (in) visível**. Araquara, SP: Junqueira & Marin, 2007.

SOSENSKI, Susana & ALBARRÁN, Elena Jackson (org). **Nuevas miradas a la historia de la infancia en América Latina: entre prácticas y representaciones**. México, Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Históricas, 2012. Disponível em: https://historicas.unam.mx/publicaciones/publicadigital/libros/miradas/miradas.html. acesso em 02 de fev. 2023.

SOSENSKI, Susana. Enseñar historia de la infancia a los niños y las niñas: ¿para quê? **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 7, n. 14, jan/abr. 2015.

SIROTA, Régine. Da Sociologia da Educação à Sociologia da Infância. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 6, n. 3, set/dez. 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**: a maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. **Metamorfose**: de criança a menor – Curitiba – início do século XX. 257 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Curitiba, 1998.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto. **O mal que se adivinha**: polícia e menoridade no Rio de Janeiro (1910-1920). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

VIDAL-NAQUET, Pierre. Os jovens: o cru, a criança grega e o cozido. In. LE GOFF & NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Tradução: Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1976, pp. 116-140.

WARDE, Miriam Jorge. Repensando os estudos sociais de história da infância no Brasil. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 25, n. 1, jan/jun. 2007.

WEINMANN, Amadeu de Oliveira. **Infância**: um dos nomes da não razão. 259 fls. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

Recebido em Novembro de 2022
Aprovado em Dezembro de 2022